



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

IVANA MILENA SALES ROLIM DE VASCONCELOS

Desenvolvimento, Gênero e Cooperativismo:

Limites e Possibilidades da Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP)

CAMPINA GRANDE-PB

2014

IVANA MILENA SALES ROLIM DE VASCONCELOS

Desenvolvimento, Gênero e Cooperativismo:

Limites e Possibilidades da Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da Paraíba para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional sob a orientação da Prof. Dra. Idalina Maria de Freitas Santiago e Coorientação de Drº. Carlos Cioce Sampaio.

CAMPINA GRANDE-PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

V331d Vasconcelos, Ivana Milena Sales Rolim de.
Desenvolvimento, gênero e cooperativismo [manuscrito] :
Limites e possibilidades da Cooperativa de Floricultores do Estado
da Paraíba (COFEP) / Ivana Milena Sales Rolim de Vasconcelos. -
2014.
82 p. : il. color.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação
e Pesquisa, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago,
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".

1. Cooperativismo. 2. Desenvolvimento territorial. 3.
Gênero. I. Título.

21. ed. CDD 334

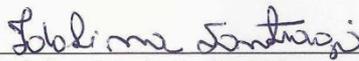
IVANA MILENA SALES ROLIM DE VASCONCELOS

Desenvolvimento, Gênero e Cooperativismo:

Limites e Possibilidades da Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP)

Dissertação apresentada em 30/10/2014 ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da Paraíba como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional pela Banca Examinadora composta pelos membros:

BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Idalina Maria Freitas Lima Santiago

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (UEPB)



Profº. Drº. Clodoaldo Roque Dallajustina Bortoluzi

Unidade Acadêmica de Economia (UFCEG - Aposentado)



Profº. Drº. José Luciano Albino Barbosa

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (UEPB)

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA
2014

Desenvolvimento, Gênero e Cooperativismo: limites e possibilidades da Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba

RESUMO

O cooperativismo enquanto sistema que prioriza a associação e opositor ao liberalismo econômico, surgido na Inglaterra e França no século XIX, é responsável pela atuação de empreendimentos capazes de fomentar atividades econômicas inovadoras e desencadear processos de desenvolvimento a partir de potencialidades locais e interações entre atores ativos na execução de ações que consolidam o território. Nesta perspectiva, este estudo teve como direcionamento a perspectiva do desenvolvimento territorial rural tomando o cooperativismo, gênero e território como categorias inerentes a este processo. Buscou-se analisar a experiência da Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP) enquanto promotora de desenvolvimento territorial, perseguindo os seguintes objetivos específicos: 1) avaliar a dinâmica organizacional da COFEP enquanto projeto de cooperativismo; 2) identificar as mudanças ocorridas nas relações de gênero nas famílias das cooperadas a partir de suas inserções na COFEP, bem como analisar as dinâmicas de gênero presentes na COFEP. A COFEP situa-se nas comunidades Almecega e Avarzeado, localizadas na zona rural do brejo paraibano. Em relação aos meios de investigação, a pesquisa caracterizou-se como estudo de caso e foram utilizados questionários e entrevistas, além de visitas in loco. Para a aplicação dos questionários foram abordadas doze cooperadas e para as entrevistas foi envolvida uma amostra de seis mulheres casadas e com filhos/as. A experiência da COFEP revelou um empreendimento cooperativista que modificou a base econômica das famílias envolvidas na cooperativa, além de ter proporcionado consequências positivas no núcleo familiar destas mulheres relacionadas às relações de gênero. Trata-se de uma atividade que se consolidou na região com planos de expansão, primando pela valorização dos/as atores/atrizes envolvidos/as e das potencialidades locais.

Palavras-chave: Território, Cooperativismo, Gênero

Development, Gender and Cooperative: Limits and Possibilities of Cooperative Floriculturists the state of Paraíba (COFEP)

ABSTRACT

The cooperative system as reactionary and opposition to economic liberalism in Britain and France in the nineteenth century have maintained their principles and values and responsible for the performance of enterprises able to foster innovative economic activities and trigger development processes from local and potential interactions among active players execution of actions that consolidate the territory. In this perspective, this study focused on targeting the perspective of rural territorial development by understanding the cooperative, gender and territory categories inherent in this process. We sought to examine the lived experience of women responsible for founding the Cooperative Floriculturists the state of Paraíba (COFEP) in order to generate income for the unemployed and Avarzeado Almecega communities located in rural Paraíba swamp families. Regarding the means of investigation, research characterized the case study and interviews and questionnaires were used, and site visits. For the questionnaires were addressed to 12 cooperative and the interviews was involved a sample of six married women with children. The experience of COFEP revealed a cooperative venture that changed the economic base of families involved in the cooperative. Changes have occurred regarding the financial situation of the cooperative and the cooperative dynamics developed in COFEP reflected in positive consequences in the family of these women, especially in gender relations. It is an activity that was consolidated in the region with expansion plans, striving for enhancement of stakeholders and local potential.

Keywords: Territory, Cooperatives, Gender

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Provedor/a das despesas da família	54
Tabela 2: Orçamento da família	54
Tabela 3: Tomada de decisão na família	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sede da Unidade I da COFEP no ano de 2013	38
Figura 2: Sede da Unidade II da COFEP no ano de 2013	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
BRASCOOP	Fundação Brasileira de Cooperativismo
COFEP	Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba
WDR	Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PME	Pequenas e Médias Empresas
PROACOOOL	Programa Nacional do Álcool

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	18
1.1 Território como categoria do desenvolvimento	18
1.2 Desenvolvimento Territorial Rural	20
CAPÍTULO 2: COOPERATIVISMO E O PROJETO DA COFEP	26
2.1 Conceito, princípios e valores cooperativistas	26
2.2 Cooperativismo no Brasil	30
2.3 A COFEP e seu projeto cooperativista	35
CAPÍTULO 3: GÊNERO E DESENVOLVIMENTO	47
3.1 Estudos de gênero e divisão sexual do trabalho	47
3.2 Gênero, Desenvolvimento e a COFEP	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65
ANEXOS	70

INTRODUÇÃO

As discussões pertinentes ao tema desenvolvimento tornam-se cada vez mais frequentes no debate acadêmico e na agenda política contemporânea. A reflexão sobre desenvolvimento data dos anos 1940, momento em que a Europa havia sido devastada no pós-guerra e alguns anteprojetos eram preparados e destinados a sua reconstrução.

Dentre as várias vertentes que abordam a temática do desenvolvimento, para fins do estudo em questão, tomou-se como direcionamento a perspectiva do desenvolvimento territorial rural, considerando que o objeto de estudo, a Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP) é responsável pela promoção de desenvolvimento territorial na região do brejo paraibano.

O enfoque dado à questão territorial se propõe, além de apresentar suas principais abordagens, revelar e entender o território como palco de muitas interações e, ainda, conceituá-lo como proposta de desenvolvimento igualitário, com maior poder de participação e liberdade da comunidade ou população envolvida.

A concepção de desenvolvimento, a partir do território, é embasada nas relações de poder desencadeadas por um conjunto de ações realizadas pelos sujeitos, organizações e instituições envolvidos. Dessa forma, o desenvolvimento territorial não está atrelado a um recorte geográfico material de espaço ou lugar (fundamentado nos limites físicos), mas como é produzida a interação no interior desse espaço, referindo-se às dinâmicas social, econômica, cultural e política com consequências positivas ou não para o território.

De acordo com DALLABRIDA (2003, p. 78-79), “Dependendo do tipo de ação, passiva ou ativa, dos atores territoriais na defesa de seus interesses, [...] os territórios assumem opções de desenvolvimento que os favorecem ou que os prejudicam...”. As ações promovidas pelos atores no processo de desenvolvimento estão intimamente ligadas às ambições, tanto individuais quanto coletivas, e as consequências são fruto do que a coletividade planejou e executou naquele ambiente. No caso da cooperativa COFEP, a aliança entre @s cooperad@s da comunidade em prol de mudanças socioeconômicas tiveram positivas consequências, beneficiando a cada uma delas, suas famílias e demais moradores da região. Isto porque o desenvolvimento pensado a partir do território e planejado pel@s cooperad@s, contemplou os aspectos econômicos, políticos e socioculturais. O território em destaque diferencia-se pela possibilidade de desenvolvimento a partir das potencialidades locais e dinâmicas promovidas por moradores da própria comunidade.

Além da abordagem sobre o desenvolvimento territorial, as questões sobre as principais mudanças ocorridas no meio rural também serão levadas em consideração no presente estudo. Quando o desenvolvimento das atividades do novo rural brasileiro é colocado em pauta, descortina-se a revelação de alternativa de desenvolvimento econômico que mescla a essência do mundo rural e as inovações trazidas pela inexistência das delimitações do que é realmente rural e o que é urbano. Ou seja, ao passo que o desenvolvimento de atividades promotoras de desenvolvimento e outras atividades do meio industrial acontecem no cenário rural, acaba-se perdendo a noção dos limites do que é rural e urbano. Um novo mundo rural surge com características particulares, gerando desenvolvimento endógeno, com valorização dos recursos naturais e novas oportunidades para os habitantes deste contexto. Ocorre, então, o desenvolvimento de novas dinâmicas e convivência no rural brasileiro, além do aparecimento de novas opções de organização econômica que impulsionam o desenvolvimento de atividades ainda não exploradas. Estas novas opções de organização econômica são conceituadas como nichos de mercado.

Os referidos nichos de mercado podem surgir a partir de iniciativas vinculadas à prática do associativismo ou cooperativismo. As formas de cooperação alinham-se a busca de perspectivas e objetivos em comum de um determinado grupo ou comunidade.

A Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP) apresenta-se como um desses nichos situado num importante arranjo que é o cooperativismo. É nesse cenário que a ação dos sujeitos locais tornam-se indispensáveis a partir da participação, mobilização e cooperação mútua possibilitando o florescimento de empreendimentos, criação e/ou recriação de atividades econômicas capazes de propiciar desenvolvimento local (GRAZIANO SILVA, 1999).

Desta forma, o cooperativismo promovido pela COFEP, e seus principais resultados, conformam a transformação de um território, podendo possibilitar mudanças nas relações de gênero nas famílias envolvidas e nas atividades executadas pela cooperativa.

A COFEP está localizada na zona rural das cidades de Areia e Pilões na região do Brejo Paraibano. A COFEP surgiu com o objetivo de modificar o cenário de desemprego provocado pela falência da usina de cana-de-açúcar de nome Santa Maria, localizada naquela região e responsável pela principal fonte de renda das famílias (ALMEIDA, 2008).

Tendo como corolário este contexto, pretende-se analisar as dinâmicas promovidas pela Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP) afirmando o desenvolvimento e o “florescimento” de um território que apresenta como base a mudança estrutural socioeconômica e cultural, melhorias na qualidade de vida dos sujeitos e

possibilidade de permanência destas pessoas em suas comunidades. Portanto, objetiva-se analisar a experiência da COFEP enquanto promotora de desenvolvimento territorial, entendendo gênero, cooperativismo e território como categorias inerentes a esse processo.

Diante do objetivo geral, acima exposto, têm-se os seguintes objetivos específicos: 1) avaliar dinâmica organizacional da COFEP enquanto projeto de cooperativismo e 2) identificar as mudanças ocorridas (ou não) nas relações de gênero nas famílias das cooperadas a partir de suas inserções na COFEP, bem como analisar as dinâmicas de gênero presentes na COFEP.

No bojo dessas discussões, as relações de gênero são consideradas como possibilidade de construir um território permeado por relações de poder. É *mister* entender que quando falamos de gênero estamos nos referindo às “diferenças que são socialmente construídas culturalmente especificadas para as mulheres e para homens, em determinada época e para dada sociedade” (PINHO, 2008 p.7).

De acordo com Saffioti (1999), os estudos de gênero frutificaram a partir de 1975 com a publicação do artigo de Gayle Rubin. No Brasil, o conceito de gênero se alastrou em 1980 com as discussões promovidas, principalmente, por Scott (1995). Esta autora elabora uma conceituação de gênero que agrega duas proposições:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições. (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional (SCOTT, 1995, p. 86).

De acordo com Scott (1995), o gênero dá significado às relações de poder e é constituído pelas relações sociais. A referida autora revela quatro elementos interdependentes que criam, mantêm e modificam as relações de gênero, são eles: símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas; conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos; instituições e organizações sociais que envolvem o parentesco, o mercado de trabalho, a educação e o sistema político; e, por fim, a Identidade subjetiva.

Em sua segunda proposição, Scott conceitua “gênero” como “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (1995, p.88). Sendo assim, o gênero é considerado uma instância privilegiada de articulação das relações de poder, o qual pode ser partilhado, gerando liberdade, como pode ser despótico, criando desigualdade. Dessa

forma, as relações de gênero estruturam a percepção e organização concreta e simbólica de toda a vida social, sendo um ponto fundamental no estabelecimento e manutenção da igualdade e desigualdade entre as pessoas.

Estudar a COFEP, na interface com as discussões de gênero, torna-se fundamental pela especificidade dessa cooperativa ter sido criada e organizada por mulheres, demarcando a possibilidade de novas construções de gênero entre as cooperadas e destas com suas famílias.

A COFEP agrega em seu quadro um pequeno percentual de homens no desenvolvimento de suas atividades, tornando-se exemplo do aumento da presença da mulher no mercado de trabalho brasileiro. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho contribui para uma convivência com maior compartilhamento de responsabilidades e divisão de papéis que propicia a igualdade econômica e o desenvolvimento a partir do local.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012, no item *Igualdade de Gênero e Desenvolvimento*, aponta que houve avanço na qualidade de vida das mulheres no referente à inserção no mercado de trabalho, acesso à educação e serviços de saúde, mas destaca a manutenção da cultura que reforça o espaço doméstico, o cuidado com os filhos ainda como pertencente exclusivamente ao saber/fazer feminino. Ou seja, a cultura patriarcal de gênero não sofreu solavancos especialmente no referente à dimensão familiar. Esta cultura reforça também a dificuldade das mulheres na tomada de decisões, seja no âmbito público como no privado.

A partir dessas reflexões tem-se a seguinte problemática: considerando que a COFEP é um empreendimento criado e organizado por mulheres, desejamos saber se a experiência de participação das mulheres na COFEP influenciou na mudança das relações de gênero no âmbito doméstico e no espaço do trabalho cooperativo. Ou seja, busca-se analisar como são estabelecidas as relações de gênero no âmbito doméstico das famílias das mulheres participantes da COFEP para verificar se a posição social/econômica assumida pela cooperada, a partir de sua inserção na COFEP, redimensionou as relações familiares de gênero, tomando como categorias de análise os seguintes aspectos: 1 divisão sexual do trabalho doméstico; 2 tomada de decisão das mulheres nos domicílios. Por outro lado, será necessário também conhecer como são estabelecidas as divisões sexuais de trabalho e as tomadas de decisões na COFEP, pressupondo-se que, neste espaço, poderá ocorrer o provável empoderamento das cooperadas que dirigem e organizam a cooperativa.

No que diz respeito ao delineamento da pesquisa, optou-se pelo estudo de caso, o qual objetiva o aprofundamento do problema/assunto e a sua relação com a realidade. Para Vergara:

Estudo de caso é circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ser ou não realizado no campo (2000, p.49).

É importante citar que foi cumprida uma etapa exploratória, momento de primeiros contatos e intimidade com o problema e/ou objeto de estudo em questão. Vergara (2000, p.47) revela que a investigação exploratória possui natureza de sondagem, não comportando hipóteses que poderão aparecer no decorrer da pesquisa ou no final. Cabe ainda destacar que no trabalho em questão houve uma pesquisa bibliográfica com o intuito de um embasamento teórico e conceitual acerca do tema. A pesquisa bibliográfica é definida, por esta mesma autora, como estudo desenvolvido a partir de material publicado, a citar revistas, livros, redes eletrônicas, ou seja, material que se caracteriza pelo acesso por parte do público em geral.

A principal fonte para coleta dos dados configurou-se na própria cooperativa, representada por suas participantes e presidente. Para uma melhor avaliação e alcance dos objetivos propostos, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: questionários (conforme Anexo III), entrevistas (conforme Anexos I e II) e fontes documentais. A entrevista, para Richardson (1999, p.189), é uma técnica de grande importância visto que permite uma estreita relação entre as pessoas. As entrevistas tiveram como principais objetivos abordar os aspectos relacionados à atuação de cunho cooperativista por parte das cooperadas e abordagem relativa às questões de gênero. Foram arrolados os seguintes aspectos: democracia e participação; práticas de cooperação e solidariedade; organização do trabalho; aspectos relacionados a fundação da Cooperativa; além do enfoque relativo a abordagem de gênero.

O questionário utilizado no estudo em questão teve como meta revelar o perfil socioeconômico das cooperadas da COFEP e as principais mudanças ocorridas nas relações de gênero no âmbito familiar dessas mulheres e no âmbito da COFEP.

É importante citar que, quanto aos meios de investigação, a pesquisa documental se fez necessária à medida que foram explorados documentos e atas pertencentes à cooperativa e aos órgãos que possuem articulação permanente com a mesma.

A população de uma pesquisa pode ser entendida como um conjunto de indivíduos, objetos ou eventos que possuem certas características de interesse do pesquisador. Em relação ao objeto de estudo COFEP, a população envolveu o conjunto das cooperadas, excluindo-se os poucos homens que participam da cooperativa. A COFEP possui 28 associados, destes, seis

são do sexo masculino. Dessa forma, a população do estudo comportou 22 mulheres associadas à COFEP.

No primeiro momento da pesquisa, quando se aplicou os questionários, investigou-se aproximadamente 55% da população de cooperadas da COFEP. Em um segundo momento, foi selecionada uma amostra por tipicidade. Dessa forma, para as aplicações dos questionários foram abordadas 12 cooperadas e para a realização das entrevistas foi envolvida uma amostra de 6 mulheres que estivessem na condição de viverem com seus companheiros e possuírem filhos/as.

As análises das entrevistas, gravadas e transcritas foram baseadas no método de análise de conteúdo, definido como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens (BARDIN, 1977 apud TRIVIÑOS, 1987).

Os questionários aplicados foram analisados a partir do método estatístico descritivo, considerando a análise das informações coletadas, e em conformidade com os objetivos do estudo, as questões de pesquisa e demais variáveis.

A dissertação está estruturada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. Busca-se com estes capítulos destacar a articulação das categorias território, cooperativismo e gênero como inerentes ao desenvolvimento, demonstrando assim que a associação dessas categorias nos revela a importância da Cooperativa de Floricultores da Paraíba para o desenvolvimento territorial rural.

No capítulo primeiro, foram destacados os principais conceitos e abordagens sobre desenvolvimento territorial rural, marco exponencial dessa dissertação.

O segundo capítulo apresenta os elementos-chaves que pressupõem o cooperativismo (conceituação, princípios e valores) com vistas a balizar as análises do projeto cooperativista desenvolvido pela COFEP, bem como introduzir o leitor acerca do contexto do surgimento e desenvolvimento do cooperativismo na Europa, no Brasil e, especificamente, a COFEP.

No capítulo terceiro, enfocou-se a abordagem sobre o conceito de gênero, divisão sexual do trabalho, e sua articulação com a perspectiva do desenvolvimento, demonstrando as mudanças ocorridas nas relações de gênero nas famílias das cooperadas, bem como as dinâmicas de gênero presentes na citada cooperativa.

Nas considerações finais, teceu-se comentários a partir das reflexões levantadas no desenvolvimento da dissertação.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

1.1 Território como categoria do desenvolvimento

Antes de abordar a temática do desenvolvimento territorial rural, necessário se faz conceituar “território” para melhor entendimento da perspectiva proposta no estudo. Os estudos acerca do território apresentam reflexões teórico-metodológicas diferenciadas, com enfoques econômico, político ou cultural e as discussões que permeiam este conceito, assim como as dinâmicas de investigação, estão sempre em construção a partir de diferentes categorias de análise.

O ensaio pioneiro sobre território e espaço realizado por Claude Raffestin (1993) apresentou como característica principal o caráter político do território e a compreensão acerca do conceito de espaço geográfico – entendido como substrato, palco pré-existente ao território.

Segundo o autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143 *apud* BORDO, 2005, p.2).

A abordagem do território possui ênfase político-administrativa, sendo assim, o território é entendido como espaço físico onde se situa uma nação, espaço onde há delimitações a partir de uma ordem jurídica e política. Dentro desta perspectiva, o ator territorializa o espaço em que está inserido.

Considerando a análise de Raffestin (1993), a construção do território se dá a partir de relações de poder e deve-se levar em consideração que esse poder emana das pessoas ou dos grupos, personagens indispensáveis na definição de território. Nas palavras de Bordo (2005), o poder e o território, apesar de possuírem autonomias próprias, são enfocados conjuntamente objetivando a consolidação do conceito de território.

As relações de poder, citadas inicialmente como quase permanentes nas discussões sobre território, também são foco nos estudos do investigador Marcelo Lopes de Souza (2001); ele faz alusão às relações de poder existentes na consolidação desse conceito. O território é um espaço definido e delimitado a partir das relações de poder e pelas relações de

poder, enfatizando-se que o poder não está restrito ao Estado e seu significado não pode ser entendido como sinônimo de violência e dominação.

A ideia de poder permanece na abordagem de território realizada por Marcos Aurélio Saquet (2004). Em suas palavras: “O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social”. É importante citar que o resgate das reflexões acerca de território, realizadas pelo autor, considera vertentes jurídico-política, econômica e cultural (SAQUET, 2004 apud BORDO, 2005 p. 2).

Rogério Haesbaert (2002 apud Bordo 2005) faz sua abordagem acerca do território a partir de três enfoques principais: jurídico-política; cultural e econômica. Na vertente jurídico-política o território é caracterizado como um espaço delimitado e controlado a partir do poder exercido pelo Estado. A cultural é marcada pela subjetividade e simbologias, sendo o território fruto da apropriação feita a partir do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço. Em relação à vertente econômica, revela que o embate entre as classes sociais e a relação capital-trabalho têm como resultado a desterritorialização em sua perspectiva material.

No Brasil, um dos estudiosos e analistas que merece destaque é Manuel Correia de Andrade (1995), com uma abordagem política e econômica de ocupação de espaço. Além da preocupação em distinguir de forma responsável os conceitos de território, espaço e lugar, prolonga suas investigações as ideias referentes ao poder e suas respectivas relações:

... o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE, 1995 apud BORDO 2005, p.19).

A contribuição de Andrade se estende à diferenciação de espaço e território, estando o território intimamente ligado à ideia de integração nacional de uma área ocupada pelas mais diversas categorias (população, economia, comércio, transportes, fiscalização, etc). O território torna-se cenário onde muitas relações acontecem, a citar as relações capitalistas. O espaço, no entanto, é estudado a partir das áreas consideradas vazias e dotadas da ausência da ocupação humana de forma efetiva, ou seja, é uma área com fronteiras delimitadas administrativamente e geograficamente (BORDO, 2005).

A definição de espaço apresentada por Milton Santos (2002 apud Bordo 2005, p. 7), revela este como sendo a totalidade, um “matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade”. O território, segundo o autor, é distinguido pela intensidade das técnicas trabalhadas e pela diferenciação das técnicas, visto que os espaços são considerados

heterogêneos. Em suas investigações acerca do território, o autor também considera o trabalho como categoria de análise.

Diante do exposto, entende-se o conceito de território como uma categoria de análise investigada a partir de abordagens que transbordam e florescem conhecimentos pertinentes e necessários a um desenvolvimento sustentável e alicerçado nas interações e entrelaçamentos das dinâmicas existentes.

1.2 Desenvolvimento Territorial Rural

Conforme destacado no tópico anterior, o enfoque territorial é considerado uma entidade que permite pensar o desenvolvimento para além da abordagem de crescimento econômico. O trabalho pioneiro alavancado por Pecquer (2004 *apud* CARRIERE e CAZELA, 2006) revela o termo territorial como protagonista pelo fato de não induzir a ideia de pequena dimensão ou menor escala. Ou seja, o termo território é usado deixando de lado a representação correspondente à ideia de localismo ou de autarquia. Demonstra o referido autor que “Se há quinze anos se falava em desenvolvimento local, atualmente é preferível falar em desenvolvimento territorial, já que esse estilo de desenvolvimento não se reduz à pequena dimensão” (PECQUER, 2004, p.3 *apud* CARRIERE e CAZELLA, 2006, p. 23-24).

Essa abordagem territorial ganhou maior força na década de 1980 com as discussões neo-marshallianas, com identificação dos atores sociais e seus respectivos laços favorecedores da formação de sistemas produtivos. Naquela ocasião, esta abordagem favoreceu os estudos rurais, possibilitando a percepção de que o mundo rural é dotado de uma dinâmica que vai muito além da agricultura e de suas respectivas práticas agrícolas (ABRAMOVAY, 2010).

Os estudos rurais, a partir da noção de território, possibilitam avaliar a pobreza rural enquanto fenômeno multidimensional e não como expressão de insuficiência de renda agropecuária. Além da renda, são considerados outros indicadores a exemplo dos processos migratórios, das atividades não agrícolas, o dinheiro que os residentes nos domicílios rurais recebem de familiares que estão na cidade, as transferências públicas e a renda proveniente das finanças informais (ABRAMOVAY, 2010).

As discussões pertinentes ao território e ao rural, realizadas por Verde (2004), consideram estas categorias intrínsecas ao desenvolvimento. Desenvolvimento este que supera a busca pelo crescimento econômico, mas prioriza a cidadania. Dessa forma, o

território, enquanto recorte analítico, torna-se instrumento de promoção e condição do desenvolvimento, além de possibilitar uma interpretação do espaço rural para além das práticas agrícolas e da figura do agricultor.

A noção de território possibilita o progresso nos estudos das regiões rurais e isso acontece a partir de quatro dimensões básicas, segundo Abramovay (2010). Primeiro, a noção de território propõe uma ampliação de horizonte, sugere que se abandone a ideia de considerar os agricultores como únicos atores e, respectivamente, a agricultura como único setor ou cenário de investigação. Cabe ressaltar que para o referido autor, essa dimensão implica em duas consequências: de acordo com o ângulo operacional, essa dimensão carece de um refinamento quanto aos instrumentos estatísticos que delimitam a ruralidade; e a segunda consequência é de natureza teórica, diz respeito à definição dos territórios, isto é, a definição de territórios não se fundamenta nos limites físicos e sim como é produzida a interação social em seu interior.

A segunda dimensão, referente à noção de território, possibilita uma maior compreensão acerca do crescimento econômico e do processo de desenvolvimento. Para um maior entendimento, Abramovay (2010) faz referência à compreensão da pobreza rural que não pode ser avaliada apenas pela renda agropecuária, visto que esse cenário compreende diferentes indicadores e diferentes atividades praticadas pelos atores ali envolvidos. O rural, alicerçado na noção de territorialidade, ultrapassa o rural agrário e contempla as dimensões espacial, demográfica, cultural e ambiental. Entende-se, portanto, a noção de espaço rural dotado de uma dinâmica socioeconômica que acontece em um determinado local.

Diante do exposto, parte-se para a terceira dimensão que trata do estudo empírico dos atores e suas respectivas organizações, visto que se tratando de desenvolvimento em meio rural existe a dificuldade em ampliar o que Abramovay (2010) chama de composição social para além da figura dos agricultores. Entende-se, portanto que

(...) As populações rurais, mais do que instrumento da produção agrícola, são autoras e consumidoras de um modo de vida que é também um poderoso referencial de compreensão das irracionalidades e contradições que há fora do mundo real (ABRAMOVAY 2010 apud VERDE, 2004, p.18).

A quarta dimensão revela a importância da análise das regiões rurais a partir da dimensão do território por sua ênfase no que diz respeito ao uso dos recursos tanto no que

se dispõe em sua organização produtiva, quanto na relação entre sistemas sociais e ecológicos.

Territórios são resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apoia sua reprodução, o que abre um interessante campo de cooperação entre ciências sociais e naturais no conhecimento desta relação (Abramovay, 2010, p 2).

Verde (2004), analisando as contribuições de Abramovay (2003), considera que as categorias de análise e indicadores apresentadas pelo citado autor possibilita uma amplitude nas discussões pertinentes ao desenvolvimento e as transformações referentes às regiões rurais. O mundo rural ganhou outros papéis e conotações.

Segundo Abramovay (2010), a literatura que trata do tema território, nos dias atuais, apresenta dois principais problemas que se tornam nítidos quando relacionados aos estudos de regiões rurais. O primeiro diz respeito ao caráter normativo que se reveste a literatura referente ao tema. O uso normativo da abordagem territorial ainda é embrionário nos países do continente latino americano. Porém, é importante citar que o aporte territorial ganhou relevância face às transformações e reestruturação ocorridas na economia e sociedade brasileira entre as décadas de 1970 e 1990. O caráter normativo citado pelo autor diz respeito à utilização de comparações entre regiões, apenas porque é detectada uma semelhança entre seus fatores, porém, alguns aspectos são desconsiderados a exemplo do dinamismo econômico. Dessa forma, ao final do estudo são adotados recomendações, de maneira generalizada, por organizações e governos, que nem sempre vão atender as necessidades daquela região.

A ausência de fundamentos teóricos consistentes para a noção de território e desenvolvimento territorial, segundo Abramovay (2010), apresenta-se como o segundo problema. Para ele, apesar da ênfase nos laços de caráter não mercantil, falta uma teoria da interação social no aporte teórico da concepção de território. A ausência dessa teoria é retocada pelo esforço de localizar traços do comportamento dos atores e do cenário no qual estão inseridos em contraste com a inércia de outras situações não tão virtuosas.

A noção de território, como categoria de análise do desenvolvimento, possibilita a avaliação e interpretação do espaço rural e de sua definição para além do agrário. A partir das virtudes que a noção de território proporciona, e, conseqüentemente, sua deficiência acerca da carência de literatura, Abramovay (2010) aponta a necessidade de se recorrer às contribuições da nova sociologia econômica.

O citado autor defende a necessidade de um estudo da interação entre os territórios e as forças sociais que os compõem. Isto porque, de acordo com Abramovay (2010), o território é composto por um conjunto de laços que fortalecem a identidade de seus atores e os resultados provenientes de sua interação.

... pode-se dizer que a noção de território abre caminho para um avanço notável no estudo do próprio desenvolvimento, já que convida a que se coloque ênfase na maneira como os diferentes atores – privados, públicos e associativos – relacionam-se no plano local. O processo de desenvolvimento é o resultado da forma específica como são usados os fatores materiais e imateriais disponíveis, com base nestas relações. Parte significativa da literatura contemporânea sobre desenvolvimento local ou territorial, entretanto, é marcada pela ausência de uma teoria a respeito da interação social que possa inspirar hipóteses quanto à situação diferenciada das regiões abordadas. Em seu lugar aparecem descrições pouco fundamentadas teoricamente ou, com mais frequência, recomendações de política cuja base em realidades locais é, muitas vezes tênue (ABRAMOVAY, 2010, p. 5).

É importante citar que apesar de seus problemas, a noção de território revela uma substituição de elementos que embasam, com maior ênfase, os estudos sobre o desenvolvimento – entendido, portanto, no seu sentido preciso, além do crescimento econômico.

Ressalta-se que o desenvolvimento rural tem animado discussões tanto teóricas quanto analíticas com seus efeitos institucionais e normativos. Alguns elementos – chaves são considerados indispensáveis nesse debate, a citar: a erradicação da pobreza rural; atuação e participação política dos atores sociais; preocupação com a sustentabilidades; e o território considerado como uma unidade referencial (SCHNEIDER, 2003).

Em relação ao rural brasileiro, é importante citar ainda que na década de 1990 o Brasil vivenciou uma “redescoberta” do rural enquanto categoria de análise, possibilitando o renascer de novos debates acerca dos parâmetros para se pensar o rural com suas antigas e novas questões (VERDE 2004). Trata-se de uma economia dinâmica com diversificação de funções no espaço rural, que ultrapassa a exclusividade da atividade agropecuária. De acordo com a autora, o rural emerge de uma conjuntura economicamente recessiva, do acirramento das lutas sociais e da reorientação para o campo a partir da evolução do agronegócio.

No Brasil, a partir da década de 1970, a agricultura e o mundo rural foram permeados pelas transformações estruturais do capitalismo e reestruturação econômicas em diferentes dimensões. “Trata-se da flexibilização dos processos produtivos, pela descentralização das unidades de produção e pela informalização das relações de trabalho, reduzindo-se substancialmente o papel do Estado e das instituições regulatórias” (SCHNEIDER, 2003, p.4).

Estas facetas englobam a abertura de mercados, o aprofundamento tecnológico, a modificação da atuação do poder público e das instituições atuantes nos espaços rurais, as discussões pertinentes a dimensão ambiental e a sustentabilidade, além das modificações ocorridas nos processos de produção caracterizadas pela flexibilização e descentralização.

O rural deixa de ser o *locus* específico das atividades agrícolas e as variadas formas de complementação de renda e ocupação em atividades não-agrícolas permite que a renda de muitas famílias que residem no meio rural se estabilizem ao longo do ano e que os filhos não precisem mais deixar o meio rural para achar emprego (SCHNEIDER, 2003,p. 4).

O meio rural, a partir dos anos 1980, passou a ser caracterizado pela presença de atividades que tornou o espaço rural e o espaço urbano dificilmente delimitado. Para Graziano Silva (1999), o meio rural brasileiro se urbanizou, principalmente a partir dos “complexos agroindustriais”, e pode ainda ser entendido com um *continuum* do meio urbano. Mais que isso, a agricultura integrou-se ao restante da economia ao ponto de que suas relações não poderem mais ser separadas daqueles setores que ora comprava seus produtos e que ora sedia seus insumos para que ela se desenvolvesse.

De acordo com Graziano Silva (1999), a urbanização do meio rural brasileiro aconteceu nas duas últimas décadas do século XX e isso foi resultado tanto do processo de industrialização da agricultura, quanto do transbordamento do mundo urbano em um espaço que sempre foi definido como rural.

Essa sociedade que se transformou revela uma alta queda do emprego tanto nos setores agroindustriais quanto nas atividades agrícolas, fazendo com que a sociedade industrial desse os primeiros passos rumo ao meio rural e surgisse uma grande leva de simples prestadores de serviços. Na verdade, o desejo pela estabilidade social deu lugar ao prestador de serviços autônomo que trabalhou em sua própria casa e isso aconteceu tanto na indústria, quanto na agricultura (GRAZIANO SILVA, 1999).

O aumento do nível de escolaridade no meio rural é outra transformação importante citada por Graziano Silva (1999). No meio rural dos países desenvolvidos encontra-se o agricultor em tempo parcial que combina atividades agrícolas e não agrícolas. Existe uma dinâmica de transformações nas atividades agropecuárias ocasionadas pela introdução da mecanização nessas atividades o que reduziu bastante o tempo a ser dedicado a essas atividades. Dessa forma, o trabalhador, tem a possibilidade de se dedicar às atividades rurais não agrícolas. Esse mecanismo de dedicação às atividades agropecuárias em tempo parcial acontece também em países subdesenvolvidos e um dos principais objetivos é a redução da

disparidade de renda entre trabalhadores do meio rural em relação àqueles que desempenham suas atividades no meio urbano.

Essas novas atividades/ocupações resultam de acontecimentos como a redução da oferta de emprego tanto nas atividades industriais, quanto nas atividades agrícolas, além do aumento da mecanização. Tudo isso resulta na prática de atividades vista como *hobbies* pessoais ou atividades “de fundo de quintal”. Mas enxergadas as suas potencialidades, foram transformadas em atividades geradoras de emprego e renda (GRAZIANO SILVA, 1999, p.91).

Tais atividades estão relacionadas aos seguintes ramos de ocupação: piscicultura, criação de “aves nobres”; criação de rãs; criação de animais para corte; produção orgânica de ervas medicinais; produção orgânica para mercado internacional diferenciado; produção de verduras e legumes para as redes de supermercados e de *fast-food*. Ainda mais, floricultura e mudas de plantas ornamentais, fruticultura de mesa, produção de sucos naturais e polpa de fruta congelada, reprodução de plantas extrativas, cultivo de cogumelos, turismo rural, fazenda-hotel, complexos hípicas, leilões e exposições agropecuárias e festas de rodeio. Atividades intensivas agrícolas e não agrícolas como as supracitadas podem ser encontradas em várias regiões do Brasil, a exemplo da região onde se encontra situada a COFEP. Por sua vez, a COFEP pode ser caracterizada como um ramo das novas atividades acima citadas que podem possibilitar a permanência das famílias em suas comunidades, com melhor qualidade de vida e influenciar o desenvolvimento territorial rural através do compartilhamento de suas ideias e práticas.

CAPÍTULO 2

COOPERATIVISMO E O PROJETO DA COFEP

O presente capítulo tomará como norte a reflexão em torno do cooperativismo, seus conceitos e valores, resvalando pela história do cooperativismo na Europa e no Brasil, afunilando para a análise do projeto cooperativista da COFEP. Cabe ressaltar, mais uma vez, que o cooperativismo, especificamente o da COFEP, será refletido como um tipo de empreendimento que tem condições de possibilitar não só a criação de atividades econômicas inovadoras, mas também, de incrementar a interação entre os/as atores/atrizes locais com vistas a fomentar o desenvolvimento territorial.

2.1 Conceito, princípios e valores cooperativistas

As discussões pertinentes ao tema cooperativismo revelam uma confusão em relação aos conceitos de cooperativismo e cooperação. De acordo com Klaes (2005 apud Rêgo 2009), a confusão se instala quando se propaga que o cooperativismo existe desde os primórdios da humanidade, quando na verdade o que existiu foi a cooperação entre os indivíduos na busca por sua sobrevivência e consolidação dos grupos. De acordo Costa (2007 apud Rêgo 2009), as manifestações de sociabilidade da humanidade não podem ser confundidas com o sistema de cooperativa, visto que o movimento cooperativista é autenticamente moderno.

Assim afirma Costa (2007, p.58 apud Rêgo 2009, p.25):

O cooperativismo, enquanto doutrina teórica, sistema ou movimento associativista de trabalhadores, é um fenômeno moderno oriundo da oposição operária às consequências do liberalismo econômico praticado na Inglaterra e na França do século XVIII e XIX. Desse modo, não se pode confundir o ato de cooperar com o cooperativismo, pois, enquanto o primeiro pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica, o segundo só pode ser entendido como um movimento social que procurou, através da associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX.

Schneider (1999, p. 33 apud Machado 2006, p. 19) corrobora o pensamento de Costa (2007) afirmando que:

Todas as iniciativas de cooperação existentes antes do século XIX caracterizavam-se por uma cooperação informal e assistemática, como as formas de ajuda mútua existentes entre população rural de vários países [...]. A cooperação mais

sistemática, que se daria dentro de certos parâmetros axiológicos e metodológicos, com a pretensão de instaurar um novo sistema econômico e social fundado na cooperação, teria lugar apenas a partir da segunda metade do século XVIII.

Etimologicamente, cooperação (do verbo latino cooperari, de cum e operari = operar junto com alguém) significa a prestação de auxílio para um fim comum. Cooperativismo, por sua vez, pode ser definido como uma doutrina que visa à renovação social através da cooperação (ETGETO, 2005).

Ximenes (2001) conceitua o cooperativismo como uma doutrina que propõe a disseminação das cooperativas como forma de solução dos problemas econômicos e sociais. O termo cooperar, neste caso, ressalta a iniciativa de colaborar, ajudar ou auxiliar.

Namorando (2005, p.8) defende a estruturação do cooperativismo a partir do movimento operário quando faz ressalvas ao código genético do cooperativismo e indica buscá-lo “na parte que o radica historicamente no movimento operário”.

Reagindo às ideias dos fisiocratas e clássicos e às consequências práticas do liberalismo econômico, o cooperativismo, como pensamento econômico, se desenvolveu na Europa Ocidental, no século XIX. A realidade dos acontecimentos era de crises e péssimas condições de trabalho, ausência de legislação pertinente e outras causas resultantes da revolução industrial, que apresentou como principais consequências a concorrência acirrada entre as pequenas unidades de produção. Nessa época, os trabalhadores eram explorados, as jornadas de trabalho eram exaustivas com exploração de mão de obra feminina e infantil, mas ainda, os salários eram insuficientes e não supriam às necessidades dos trabalhadores (PINHO, 1982).

Nesse contexto, as idealizações dos fisiocratas e dos clássicos não se confirmavam, pois, na ocasião, era o otimismo liberal que vislumbrava a harmonia entre os interesses individuais e os interesses sociais. Consequentemente, o que se assistia era: uma luta ferrenha entre produtores objetivando a eliminação ou absorção das empresas marginais; luta também entre os trabalhadores devido ao aumento da concorrência em um mercado onde menores e mulheres disputavam seu espaço; desemprego em massa devido à introdução da máquina no processo de produção e as consequentes e periódicas depressões econômicas. Nesse cenário, começaram a eclodir reações contra as consequências do liberalismo econômico, das quais se destacam dois grupos principais: socialistas e intervencionistas¹.

¹ Intervencionistas: atuantes e seguidores do cooperativismo na busca pelo sistema ou movimento associativista de trabalhadores, mercado competitivo, justo e oportunidade para as iniciativas cooperativistas. Os

Os socialistas utópicos acreditavam que as cooperativas seriam uma alternativa para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. O que norteava os caminhos e iniciativas deste grupo eram os ideais de justiça e de fraternidade. A ideia principal era a busca pela superação dos malefícios deixados pela Revolução Industrial. Então, a aliança entre o quadro de ideais desses socialistas utópicos e a realidade de sofrimento dos trabalhadores do pós-liberalismo econômico fez surgir as cooperativas. Mas apesar da evolução e surgimento dessas cooperativas, os marxistas eram críticos ferrenhos desse processo, pois acreditavam que os “utópicos” não levavam em consideração o que eles chamavam de “contradição básica da luta de classes” (ETGETO, 2005).

Em 1844, no Bairro de Rochdale-Manchester na Inglaterra, surge a primeira cooperativa moderna composta por vinte e sete (27) homens e uma (1) mulher, em sua maioria tecelões. Demitidos de seus empregos após uma greve, criaram um armazém para consumo próprio. A cooperativa, denominada “Sociedade dos Probos de Rochdale” (Rochdale Quitable Pioneers Society Limited), foi fundada mais precisamente em 21 de dezembro de 1844.

A referida cooperativa é responsável por difundir, pelo mundo inteiro, os princípios morais e de conduta considerados a base do cooperativismo. Os operários enxergavam na mecânica de funcionamento da cooperativa a possibilidade de driblar os efeitos devastadores do capitalismo. As mercadorias eram compradas em grande quantidade e vendidas a um preço menor. O destaque dado a Rochdale se deve à existência de um estatuto social que ampliava os objetivos referentes ao empreendimento e definia igualdade e democracia em relação às normas para a constituição, manutenção e expansão de uma cooperativa de trabalhadores (GOMES,2008).

De acordo com Etgeto (2005, p.10), os Pioneiros de Rochdale conquistaram dezenas de milhares de sócios e fundaram diversas cooperativas a partir dos princípios abaixo. Tais princípios tornaram-se base e orientação para as cooperativas fundadas no Brasil:

- 1º. A Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio dispondendo de um voto;
- 2º. A Sociedade seria aberta a quem dela quisesse participar, desde que integrasse uma quota de capital mínima e igual para todos;
- 3º. Qualquer dinheiro a mais, investido na cooperativa, seria remunerado por uma taxa de juros, mas não daria ao seu possuidor qualquer direito adicional de decisão;

- 4º. Tudo o que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive juros, seria distribuída entre os sócios em proporção as compras que fizessem da cooperativa;
- 5º. Todas as vendas seriam a vista;
- 6º. Os produtos vendidos seriam quase sempre puros e de boa qualidade;
- 7º. A Sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo e;
- 8º. A Sociedade seria neutra política e religiosamente.

Em setembro de 1995, cerca de 150 anos depois da criação da cooperativa de Rochdale, no XXXI Congresso Mundial da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em Manchester, Inglaterra, os ideais cooperativistas permanecem àqueles idealizados pelos Pioneiros, porém adaptados à realidade moderna e assim redefinidos: “[...] valores da autoajuda, responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. [...] os membros da cooperativa acreditam nos valores éticos da honestidade, sinceridade, responsabilidade social e preocupação com os outros” (SCHIMIDT E PERIUS, 2003, p.63).

Os princípios cooperativos, considerados diretrizes, a partir dos quais os valores são colocados em práticas, assim se apresentam após o referido congresso da ACI:

- 1º. Princípio - Adesão livre e voluntária;
- 2º. Princípio - Controle democrático pelos sócios;
- 3º. Princípio – Participação econômica do sócio;
- 4º. Princípio – Autonomia e independência;
- 5º. Princípio – Educação, treinamento e informação;
- 6º. Princípio – Cooperação entre cooperativas;
- 7º. Princípio – Preocupação com a comunidade (SCHIMIDT E PERIUS, 2003, p.63-64).

Tendo demarcada a influência da cooperativa de Rochdale no cenário internacional do século XIX, cabe atualmente destacar a experiência exitosa da Corporação Cooperativa Mondragón (MCC) na Europa, a qual, de forma semelhante à Pioneira, é considerada modelo a ser seguido.

A Corporação Cooperativa Mondragón (MCC) está localizada no país Basco, na Espanha, com o mesmo nome de Mondragón. Vencer o desemprego e a pobreza material foi uma das motivações para a fundação da MCC pelo padre Arizmendiarieta em 1941, utilizando práticas de autogestão com inclusão de todos os trabalhadores na dinâmica organizacional da cooperativa.

A autogestão do grupo mescla eficiência econômica e desenvolvimento social, além de um desenvolvimento coerente com a economia solidária, com repartição e reinvestimento das sobras, ampliação do quadro de cooperados e gestão democrática.

A MCC surgiu em um contexto de pós-guerra mundial caracterizado pelo desemprego, miséria material e moral, sendo assim considerada uma experiência de desenvolvimento territorial impregnando e transformando o modo de vida dos muitos atores daquela região.

O MCC engloba empresas de produção industrial, de distribuição, de âmbito financeiro, além dos centros de pesquisa e formação. O cooperativismo, ali praticado, fundamenta-se nos seguintes princípios: livre adesão; organização democrática; soberania do trabalho; instrumentalização e subordinação do capital; gestão participativa; solidariedade distributiva; cooperação; transformação social; universalidade e educação. Os princípios básicos apresentados pelo grupo MCC têm três a mais do que àqueles da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que foram inspirados nos pioneiros de Rochdale (SAMPAIO, 2012).

O grupo MCC possui 120 empresas congregadas envolvendo aproximadamente 93 mil sócios, sendo o sétimo grupo econômico da Espanha. As empresas possuem como características principais a intercooperação e a gestão cooperativa, objetivando a promoção do desenvolvimento local. As empresas cooperativas do grupo MCC atuam para atender umas às outras, numa espécie de realimentação. Na medida em que essas empresas se desenvolvem e ganham maiores proporções de mercado, imediatamente é providenciada a fundação de outra cooperativa para que as funções sejam distribuídas e assim se dê origem a outras fontes de emprego para a população.

Encerrando a reflexão acerca da conceituação de cooperativismo, reitera-se a perspectiva que o define como um movimento reacionário as consequências da revolução industrial e do liberalismo econômico a partir de trabalhadores que se organizaram objetivando vencer o desemprego e as demais consequências desse cenário.

Seguindo a lógica de desenvolvimento desse capítulo, passaremos a retratar sobre o processo de surgimento do cooperativismo no Brasil, a regulamentação da atividade cooperativista, seus princípios e valores, e as interferências do modelo político econômico adotado pelo Brasil na relação entre o Estado e o cooperativismo.

2.2 Cooperativismo no Brasil

O cooperativismo brasileiro, propriamente dito, data do século XIX a partir da iniciativa privada. Porém, a ordem jesuíta da Companhia de Jesus cumpriu relevante papel em

relação ao sistema cooperativo brasileiro no século XVII, por volta de 1610. Schmidt e Perius (2003, p. 64) afirmam:

Mais de 150 anos esse modelo deu exemplo de sociedade solidária fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. A ação dos padres jesuítas se baseou na persuasão, movida pelo amor cristão e pelo princípio do auxílio mútuo (mutirão), prática encontrada entre os indígenas brasileiros e em quase todos os povos primitivos, desde os primeiros tempos da humanidade.

Remontando o surgimento do cooperativismo brasileiro propriamente dito, situa-se em 1847 com a fundação da colônia Tereza Cristina, nos sertões do Paraná, pelo francês Jean Maurice Fourier, juntamente com um grupo de europeus (SCHMIDT E PERIUS, 2003).

As primeiras cooperativas no Brasil foram favorecidas pela liberdade de associação assegurada pela Constituição Republicana e pela legislação rural sobre o associativismo rural que passou a ser executada pelo Estado. Outro ponto que favoreceu esse florescimento foi a utilização do cooperativismo como reação as crises do fim do Império e do começo da Republica.

Mesmo a legislação associativista tendo dado seus primeiros passos no setor rural, foi no espaço urbano que se desenvolveram as primeiras cooperativas. Como exemplo pode-se citar: a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica de Limeira no estado de São Paulo (1891); a Cooperativa Militar de Consumo no Rio de Janeiro, na época Distrito Federal (1894); a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco (1895) e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro no Estado de São Paulo (1897). Em 1898, surge a Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, Minas Gerais (PINHO, 1982).

De acordo com Schmidt e Perius (2003), em 1892 surge a primeira cooperativa de produtores rurais do Brasil, mais especificamente em Alfredo Chaves, atual Veranópolis. Surgia, então, a Socetà Cooperativa del Convezione Agricoli Industrial por iniciativa de Vicente Monteggia.

Segundo Pinho (1982), no meio rural as cooperativas começaram a ser organizadas a partir de 1902, a exemplo das Caixas Rurais em Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul por iniciativa de Padre Theodoro Amstad e outras lideranças rurais. As primeiras cooperativas agropecuárias começaram a surgir em 1907 por iniciativa de João Pinheiro, em Minas Gerais, envolvendo cooperativas de plantadores (de algodão, mandioca, café, milho e outros) e cooperativas de laticinistas.

Em 1932, a prática do cooperativismo no Brasil foi motivada por dois fatores importantes: “incentivo a prática do cooperativismo com o intuito de reestruturação das atividades agrícolas no país; e a promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, esclarecendo os objetivos e as especificidades desse movimento em relação a outros tipos de associação” (RÊGO, 2009, p.60).

É importante ressaltar que a década de 1940 é referenciada pelo movimento das Ligas Camponesas e do primeiro Congresso Brasileiro do Cooperativismo. As Ligas Camponesas defendiam a organização dos camponeses em cooperativas ou associações com o objetivo principal de alcançar melhores condições de vida. Além disso, o movimento questionava o direito da propriedade privada e mantinham em punho a bandeira de defesa da reforma agrária. O primeiro congresso, acima citado, foi realizado em São Paulo e comemorou os 100 anos de “Rochdale”, cooperativa pioneira na Inglaterra. Durante o evento, reforçou-se o caráter doutrinário das cooperativas e sua participação no fortalecimento do cooperativismo brasileiro (RÊGO, 2009).

Diante do exposto, podemos considerar como fundadores das primeiras cooperativas no Brasil as seguintes personalidades: jesuíta Theodoro Amstad; João Pinheiro; Plácido de Melo; Carlos Alberto de Menezes; Joaquim Inácio Tosta; Wenceslau Belo; e Cristiano Cruz. Os quatro últimos elaboraram um projeto que resultou no Decreto 1.637/1.907, o qual foi revogado ao surgir a primeira lei cooperativista rochdaleana, o Decreto nº. 22.239/32, momento em que as cooperativas brasileiras passaram a ser reguladas pelos “princípios” dos Pioneiros de Rochdale. Conforme a Lei das Cooperativas 12 690/2012.

O cooperativismo surge no Brasil em meados do século XIX, como iniciativa privada, mas a primeira Lei de regência destas entidades é editada somente em 5 de janeiro de 1.907, o Decreto n. 1.637, com inspiração na Lei Belga de 1.873, filiando as cooperativas ao Direito Societário, como forma particular de mercancia. As leis que se seguiram, o Decreto-Lei n. 22.239 de 1932, o Decreto-Lei n. 59 de 1966 e a atual Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971 vieram a dar-lhe forma própria, considerada, no entanto, como sociedade “sui generis”.

O Decreto 22.239/32, que contempla as características rochdaleanas no cooperativismo brasileiro, foi elaborado por Adolf Gredilha, Saturnino Brito e Fábio Luz Filho. Essas características do rochdaleanismo se repetem no Decreto 59/1966 (e em seu regulamento) e na Lei 5.764/71 (PINHO, 1982).

De acordo com o Decreto 5.764/71, as cooperativas brasileiras tornaram-se flexíveis às renovações e modernização de suas estruturas, objetivando uma atuação empresarial moderna e dinâmica. Essas inovações nas estruturas das cooperativas se deram em virtude da

necessidade das cooperativas enfrentarem o quadro socioeconômico da década de 1970 com a expansão do parque industrial, a superação da monocultura no setor agrícola e a ampliação do mercado com o crescimento dos centros urbanos e a saída das pessoas da zona rural para zona urbana.

Ao mesmo tempo em que florescia o crescimento dos centros urbanos, novas modalidades de cooperativas se inseriam para atendimento das necessidades da população: cooperativas de trabalho, gerando emprego ou organizando grupos de profissionais; cooperativas de economia e crédito-mútuo, que valorizavam o salário real dos operários; e as cooperativas de eletrificação rural, que promoviam o desenvolvimento da zona rural (PINHO, 1982).

Segundo Pinho (1982), essa dinâmica mostra a luta das cooperativas em se adequar à realidade socioeconômica brasileira, e a necessidade de superar as barreiras propostas pelos órgãos fiscalizadores e normativos.

É dentro deste contexto que o cooperativismo brasileiro passa a ser estruturado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), criada em 1971 pela Lei 5.764. A OCB representa o sistema cooperativista brasileiro e é o órgão consultor do governo Federal. Posteriormente, em 1979, surgiu a Fundação Brasileira de Cooperativismo (BRASCOOP) atuando na captação de recursos para atendimento às categorias cooperativistas e na prestação de serviços.

Apesar da representativa quantidade e atuação das cooperativas brasileiras, a maioria delas não estava organizada em centrais ou federações, até mesmo nas regiões Sudeste e Sul onde o cooperativismo aconteceu de forma significativa.

De acordo com Pinho (1982), o cooperativismo brasileiro seguem duas tendências a partir do pensamento cooperativista originário da Europa. A primeira tendência se apresentou com caráter doutrinário rochdaleano. A segunda, pós Rochdale, voltou-se para o enfoque racional, econômico e administrativo, quando ocorre a tentativa de combinação da visão qualitativa de promoção da atividade humana ao pragmatismo empresarial. O pensamento rochdaleano prevalece até o início da década de 1970, quando o caráter empresarial torna-se essencial ao funcionamento da maioria das cooperativas.

No Brasil, a presença do Estado é caracterizada por crescentes e sérias restrições às cooperativas. A justificativa para tal comportamento é prevenir as cooperativas de possíveis insucessos. O legislador brasileiro impõe restrições e entraves burocráticos às cooperativas, declarando boas intenções e executando ações nada favoráveis a essas instituições; ainda no Brasil, o funcionamento de qualquer sociedade brasileira depende apenas de registro na Junta

Comercial, já as cooperativas necessitam de prévia autorização do órgão federal responsável e condições financeiras avaliadas e comprovadas. Deste modo, enquanto as cooperativas brasileiras são discriminadas, em outros países são tratadas igualmente as demais empresas atuantes no mercado competitivo.

A partir da intervenção do Estado, percebe-se que a experiência cooperativa desenvolvida no Brasil não se concretizou como alternativa capaz de realizar os anseios propagados pelo pensamento cooperativista do século XIX, que objetivava modificar a relação de exploração do trabalho. A ação de intervenção do Estado foi vetada apenas em 1988 com a aprovação da Constituição Federal Brasileira (RÊGO, 2009, p. 62).

Assim relata Schmidt e Perius (2003 p. 63): “A partir da Constituição Federal de 1988, as cooperativas alcançaram sua autonomia e buscaram implementar sua autogestão. O novo marco, estabelecido pela Constituição Federal, é, em realidade, um divisor do cooperativismo, não mais tutelado pelo Estado”. Surge a partir de então um novo relacionamento entre cooperativa e Estado. O Estado passa a oferecer maior autonomia às cooperativas e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passa a delegar funções ao próprio sistema cooperativista.

É importante citar que o Brasil, na década de 1990, vivia mudanças no mundo do trabalho, na política e na economia, respaldados pelo neoliberalismo. A orientação das ações de privatizações deixava revelada a primazia do mercado sobre o Estado e, em consequência, ocorreu redução das vagas de emprego, sucateamento dos serviços públicos, redução de salários e degradação das condições de vida das classes trabalhadoras.

De acordo com Boito Jr. (2000 *apud* FUSINATO 2005) as privatizações e a abertura comercial são os pilares do neoliberalismo. As privatizações em nada favoreceram aos interesses econômicos dos trabalhadores. As privatizações foram parte integrante das reformas econômicas do governo na década de 1990.

Em 1998 já haviam passado das mãos do governo para o setor privado cerca de 60 companhias, entre empresas dos setores de siderurgia, fertilizantes e petroquímica. Entre os anos de 1993 e 1994, concluiu-se a desestatização do setor siderúrgico, totalizando a venda de 15 empresas. Em 1997, o Governo Federal totalizava U\$\$ 26 bilhões com as vendas das empresas.

Muitos postos de trabalho foram perdidos nesta época, contribuindo para o aumento da informalidade e terceirização do trabalho. Em contrapartida, favoreceu a organização de muitos trabalhadores a partir de cooperativas, sindicatos e outras organizações com o intuito de abrir novas empresas em vários setores da economia brasileira.

Cabe ressaltar que a década de 1990 foi marcada pela idealização de dois programas direcionados para as cooperativas que buscavam remediar as consequências dos sucessivos planos econômicos neoliberais do governo. O setor do cooperativismo agropecuário foi o mais afetado com as políticas neoliberais, pois se tratava do principal ramo em atividade no Brasil nesta década. Estes programas buscavam tornar o cooperativismo competitivo numa economia de mercado e possuíam os seguintes objetivos: 1) reestruturação completa das cooperativas e liberação de recursos; 2) implementação de maneira efetiva do programa de autogestão das cooperativas brasileiras.

O primeiro programa, a partir da liberação de recursos financeiros, apresentava como exigência que as cooperativas candidatas a essa reestruturação apresentassem um projeto completo que as tornasse auto sustentáveis. A proposta de implementação do Programa de Autogestão das cooperativas, elencada no segundo programa, objetivava viabilizar uma melhor operacionalização das cooperativas, a partir de supervisão e controle dessas cooperativas, além disso, a promoção da formação e desenvolvimento profissional dos cooperados e respectivos familiares. Sendo assim, em 1998, mais especificamente em 3 de setembro, foi editada a medida Provisória 1.715 que criava o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (RECOOP) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

Feitas as considerações acerca do contexto atual do cooperativismo no Brasil, passar-se-á a refletir sobre o projeto cooperativista da COFEP, buscando analisar as dinâmicas promovidas por esta cooperativa em direção a fomentar o desenvolvimento territorial através de mudanças socioeconômicas e culturais na vida de seus cooperad@s.

2.3 A COFEP e seu Projeto Cooperativista

Para analisar as dinâmicas promovidas pela COFEP em direção a afetar o desenvolvimento territorial, será necessário fazer uma contextualização dos processos que culminaram no surgimento da COFEP, bem como caracterizar sua atual estrutura e funcionamento, refletindo acerca de seu projeto cooperativista apontando como são efetuados os processos decisórios, suas práticas de cooperação e solidariedade, e organização do trabalho na cooperativa.

A Região do Brejo Paraibano que envolve, dentre outras cidades, os municípios de Pilões e Areia², no século XIX tornou-se a maior região na produção de cana-de-açúcar (ALMEIDA, 2008). Devido o forte potencial de produção de cana-de-açúcar no município de Areia, foi instalada, nesta cidade, no ano de 1931 a Usina Santa Maria que agregava grande porte de mão de obra da região (Ferreira, 2009).

Na década de 1950, a usina vivia anos de “glória” e boa produção, mas a crise instalada no setor canavieiro no final da década de 1980 afetou o processo de desenvolvimento da citada usina. O Programa Nacional do Álcool (PROACCOOL), criado em 1975, destinado a promover incentivos fiscais e creditícios tanto à produção industrial quanto à produção agrícola não foi suficiente para evitar a insolvência das principais usinas da região. Diante desses fatos, os proprietários de engenho se tornaram meros fornecedores de cana para as grandes usinas. Após a falência da Santa Maria, foram feitas algumas tentativas de retomada de suas atividades, porém sem sucesso (MOREIRA E TARGINO, 1997 apud SANTANA, 2008).

O grupo empresarial se retirou sem ter conseguido soerguer sua empresa. Deixou para trás mil sacos de açúcar e 712 mil litros de álcool da safra 92/93, além de uma série de problemas. Para o Banco do Brasil, os produtos estocados integravam uma garantia de financiamento feita pelo banco à citada empresa. Para a justiça, porém, eles pertenciam à massa falida, portanto, eram passíveis de serem vendidos. Tal venda foi realizada em maio de 1994. Estava previsto que o dinheiro da venda destes produtos se destinaria ao pagamento de dívida de ações trabalhistas. As terras da Usina Santa Maria estão inventadas no processo de falência (SANTANA, 2008 p.3).

A crise canavieira ocorrida na década de 1980 afetou maciçamente a região do Brejo Paraibano. A falência da Usina Santa Maria foi considerada o ápice dessa crise. Na ocasião, as famílias que tiravam da usina seu único sustento ficaram desoladas. Uma parte dessa população migrou para a cidade, principalmente os jovens. Outra parte foi absorvida na agricultura, no cultivo da banana. Os demais, que ficaram desempregados, se tornaram vítimas da depressão, do alcoolismo e outras mazelas (ALMEIDA, 2008).

Nesse cenário, as mulheres e crianças formavam a parcela da população mais afetada. De acordo com relatos das mulheres pesquisadas por Almeida (2008) que viveram esse caos, as oportunidades de trabalho e geração de renda eram escassas, porém a aquisição de bebidas era facilitada para os chefes de família. Esses encontravam no alcoolismo uma fuga para aquela situação e, muitas vezes, mulheres e crianças eram agredidas (ALMEIDA, 2008).

² Pilões possui uma área territorial de 63 km² e população estimada em 6.978 habitantes. A agricultura é a

O cenário de desesperança não permitiu que as mulheres sobreviventes desistissem da conquista por dias melhores. Em 1999, essas mulheres criaram a COFEP na zona rural da cidade de Pilões (PB). A iniciativa partiu da necessidade de se obter alguma renda, diminuindo, assim, o grau de pobreza ali existente. De acordo com a atual presidente da COFEP, após uma reunião sob a sombra de um pé de mangueira, decidiram sanar com o problema da ausência de renda e melhorar o padrão de vida das mulheres e suas famílias. Dessa forma, resolveram criar uma cooperativa que gerasse trabalho e renda para as mulheres. Logo abaixo, segue a fala da citada presidente da COFEP, quando perguntamos acerca da motivação para a fundação da cooperativa, ou de quem partiu a ideia:

Em nossas casas não tinha renda nenhuma, marido sem renda, mulher sem renda, então foi quando surgiu a ideia de fazermos alguma coisa por essas mulheres, eu e minha outra amiga que não se encontra, se encontra em Brasília hoje, participando da Secretaria de Desenvolvimento das Mulheres, e foi quando a gente se reuniu, aqui nesse lugar onde estou, nesse pé de manga, para a gente fazer alguma coisa por essas mulheres. Na época quem tinha dinheiro, fazia o seguinte: eles pegavam e foram plantar banana, que hoje você percebe que a cultura que afeta aqui é a banana, saiu da cana para a banana. E aí que a gente não tinha recurso nenhum e pensou em fazer uma fábrica de doce, outra fábrica de rede, de chinela, mas aí era uma coisa mais difícil para a gente, porque a gente só sabia fazer uma atividade que estivesse dentro da agricultura. Como nós somos agricultoras, então veio a sugestão da gente pensar na plantação de flores. Visitamos Gravatá em Pernambuco e vimos que a coisa era viável e que o clima de lá é o mesmo clima daqui e aí nos reunimos com essas mulheres. Levamos elas para lá e graças a Deus já faz 13 anos que esta dando tudo certo e a proposta de nós mulheres aqui todas cooperadas é abranger cada vez mais. Como nós já temos a unidade 1, você está na unidade 1 e só tem Crisântemos, a gente já tem a unidade 2, que temos além de uma parte de Crisântemos, temos Rosas, temos Gebras, já temos Folhagem, Tango, Gipson e temos hastes. A variedade é cada vez que o mercado vai pedindo a gente vai buscando e plantando para atender os nossos clientes. Então foi uma cultura, que no começo foi muito ousada, porque ninguém sabia ninguém tinha prática de flores aqui no brejo e as flores vieram para realmente acabar aqui nessa comunidade do Avarzeado que é uma comunidade muito machista, uma comunidade que tinham os homens que não acreditavam em suas companheira e graças a Deus nós quebramos o tabu e mostramos a eles, que nós como mulheres, somos capazes de fazer qualquer coisa e nós conseguimos o objetivo que nós mais queríamos, que era trazer um pouco mais para as nossas famílias, nossos filhos e dar um padrão melhora para nós mesmas (Helena, 46 anos. Entrevista concedida em 05/05/13).

A escolha pelo plantio de flores foi resultado da experiência que as mulheres da região já possuíam com as práticas agrícolas, aliado ao clima e a disponibilidade de bom solo.

Abaixo podemos visualizar a sede da Unidade I da COFEP situada na comunidade Sítio Avarzeado no município de Pilões, fundada em 22 de setembro de 1999.

Figura 1 : Sede da Unidade I da COFEP no ano de 2013



Fonte: Própria (2013)

O projeto de fundação da COFEP apresentou orçamento de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), o qual contou com parceiros do Projeto COOPERAR e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Para a efetiva formatação da cooperativa, novas parcerias foram travadas com destaque para a Fundação Banco do Brasil que possibilitou a aquisição de carro para o transporte das flores. O depoimento de Helena, a seguir, é emblemático acerca do processo de estruturação da COFEP.

Sim, sim o primeiro recurso nosso foi o COOPERAR, o COOPERAR que veio para nos dar a mão, para nos ajudar, teve também outros parceiros que é o SEBRAE, só que o SEBRAE não entra com o dinheiro e sim com as coisas técnicas. O ponto forte mesmo foi o COOPERAR, que é o governo do estado e banco mundial. Esses sim foram o pai da criança de verdade. Tem a prefeitura municipal, que muitas vezes entra prefeito e sai prefeito, eu aposto muito nessa

prefeita que entrou que realmente ela venha com o espírito mesmo para nos ajudar, não só a cooperativa, mas como as outras associações, porque ai é o caminho, se você trabalha com união, com garra e com respeito até o meio ambiente, as coisas dão certo. E os outros prefeitos que entraram deram a sua pequena contribuição, mas não foi tanto do que a gente esperava. Espero que essa que chegou, tenha chegado para dar o apoio mais necessário. E sim já deram, o Governo Federal inclusive já deu, que nós temos um carro 4x4 foi a Fundação Banco do Brasil que nos deu, nós contamos com parte das estufas que foi o Governo Federal e isso para a gente conseguir tem que lutar muito, buscar muito, mostrar o nosso talento e mostrar que realmente a gente quer que a coisa aconteça. O governo federal já deu a sua contribuição, governo do estado junto com o COOPERAR, governo municipal estamos esperando. Agora, veio fez alguma coisa, mas é muito pouco ainda. A gente quer um melhor acesso as estradas, as primeiras chuvas que deu já estão ai, certo. A gente sai com muita dificuldade daqui, então eu espero que o governo municipal, como aqui fica entre Areia e Pilões, eu espero dos dois, das duas cidades, tanto de Pilões como de Areia, porque muitas vezes, fica um governo empurrando para o outro. Pilões diz, eu não beneficio porque tal área é de Areia e Areia fica, eu não vou beneficiar porque a cooperativa é de Pilões, mas onde você tá, está mais em Areia que em Pilões, você anda mais na parte de Areia de que do município de Pilões (Helena, 46 anos. Entrevista concedida em 05/05/2013).

A declaração da presidente da COFEP revela que apesar da vontade de promover mudanças e iniciativa das mulheres da referida cooperativa, estas contaram com a parceria de alguns órgãos de apoio e de financiamento. Porém, a fala de Helena deixa claro a ausência de apoio do poder local (municipal) para com as atividades desenvolvidas pela cooperativa, especialmente no que diz respeito à falta de assistência em relação aos serviços básicos para manutenção das estradas. A justificativa que permeia essa ausência está alicerçada nos limites geográficos de recortes da região.

Na etapa de fundação da primeira unidade da COFEP, as mulheres receberam da Diocese de Guarabira três (3) hectares de terra, nos quais foram construídas dezoito (18) estufas. As mulheres também contaram com outras rendas geradas a partir de bingos e rifas. O crescimento da cooperativa foi constatado a partir do surgimento de sua segunda unidade no município de Areia (PB) no ano de 2008, na comunidade Sítio Almecega. Em 2008, foi inaugurada uma Central de Abastecimento e distribuição das espécies cultivadas na COFEP na cidade de Guarabira (PB). A COFEP se especializou no cultivo de flores temperadas para corte, sendo a cooperativa única nesse ramo na Paraíba.

Figura 2: Sede da Unidade II da COFEP no ano de 2013.



Fonte: Própria (2013).

Do total de vinte e oito (28) cooperad@s, apenas seis (6) são homens sendo majoritária a participação feminina. Porém, um dos objetivos da COFEP é conquistar a adesão de um número maior de sócios homens, rompendo com práticas discriminatórias que alocam somente às mulheres o manejo com as flores. O relato de Maria Helena, atual presidente da COFEP, evidencia essa postura crítica:

[...] a gente já tem seis homens trabalhando dentro da cooperativa, então temos mais mulheres realmente, mas porque aqui ainda existe aquela história de homens não trabalhar com flores. Mas aqui com o tempo a gente vai quebrar com esse machismo (Helena, 46 anos. Entrevista concedida em 05/05/2013).

Atualmente, a cooperativa possui cinquenta e cinco (55) estufas distribuídas nas duas unidades, num total de sete (7) hectares cultiváveis e há planos para a conquista de uma quantidade maior de estufas e cultivo de uma maior variedade de espécies.

Os planos para o futuro da cooperativa é realmente é fazer essa região plantar mais flores e fazer mais estufas, o plano da gente hoje. Se agente tivesse mais umas 100 estufas, a renda da gente chegava a uma renda até melhor, porque enquanto mais flores, enquanto mais trabalho claro que essas mulheres vai ganhar. O futuro daqui, digo a pouco tempo, daqui a 5 ou 6 anos é ter uma plantação de flores e ter um rendimento melhor para essas mulheres e ter mais gente aqui trabalhando, que venha participar da cooperativa, venha ter um rendimento e abranger essa região nossa de flores (Helena, 46 anos. Entrevista concedida em 05/05/2013).

A COFEP é responsável pela geração de aproximadamente doze (12) empregos indiretos, também chamados de colaboradores, que estão envolvidos nas atividades de fornecimento de estrumo para os canteiros e manutenção das estradas que dão acesso à cooperativa.

Aí sim, eu acredito que empregos indiretos, eu acredito que chegue a uns 10 ou 12 pessoas que trabalham, vamos dizer, na parte da gente pegar no estrumo, a gente precisa de homens, vai o que, vai cinco pessoas fora as cooperadas, então essas pessoas já ganham separado sem ser cooperados. A gente tem uma estrada aqui, que a gente precisa demais de ter uma manutenção, então a gente não bota cooperados, a gente já bota outras pessoas que se dedique e que vai tirar as quedas d'água da estrada, a gente já bota o que mais 3 ou 4 pessoas, a gente precisa de uma manutenção, então a gente propõem até as vezes para o serviço ser mais adiantado, a gente procura 3,4,5 pessoas e daí por diante, de tudo tem um pouco, não é direto, assim toda semana, mas uma ou não, sempre tem alguma coisa para a gente dar emprego a essas pessoas (Helena, 46 anos).

A manutenção das estradas, que dão acesso à floricultura, é considerada, pela atual presidente da cooperativa, uma das principais dificuldades enfrentadas pela COFEP; principalmente, no período de chuvas as estradas ficam intransitáveis, aumentando os custos de transporte e manutenção dos carros no escoamento da produção.

A presidente da cooperativa também revela outras dificuldades enfrentadas referentes à falta de incentivo à prática de cultivo e comercialização de flores nas cidades onde estão localizadas as unidades da COFEP. Helena acredita que a Paraíba, não só as cidades envolvidas, poderia se tornar um polo de referência de flores, assim como acontece com Gravatá, no vizinho estado de Pernambuco. De acordo com a entrevistada, a falta de incentivo do governo municipal a essa atividade, faz com que parte de nossa população gaste seu dinheiro fora da Paraíba, além de aumentar o índice de desemprego na região. Segue o relato da Helena em relação às principais dificuldades:

Olha, a dificuldade a gente nunca vai deixar de ter, as dificuldades é mais em termo assim de incentivo, porque se a gente tivesse mais incentivo da parte dos governantes, olhassem com bons olhos, então a Paraíba, não Pilões, mas eu acho a Paraíba, já estava igual a Pernambuco, igual a Gravatá, estava já um polo de flores. Aqui só temos nós da floricultura. Lá se você for fazer uma visita em Gravatá Pernambuco, em cada esquina em cada fundo de quintal tem floricultura, porque o povo se habituou de realmente acreditar em flores e aqui não. Aqui a gente somos pequenos ainda e só temos nós. Se as pessoas começarem acreditar, ter o espírito de cooperativismo, trabalhar em cooperativismo, trabalhar em associação, realmente as coisas não estavam do jeito que estavam. Aqui nós temos terra, nós

temos água, nós temos energia, nos temos clima ótimo, então porque não os governantes e as pessoas não pensar e parar e fazer uma cultura, porque se nós for esperar pela banana, pela cana, por essas culturas a gente vamos morrer de fome. Uma coisa que realmente não seja pobre que compre, mais rico, porque flores se a gente tivesse condições de abranger cada vez mais de 120 estufas, a gente ia plantar, ia dar mais emprego, ia dar mais renda para o nosso próprio município, para nossa própria Paraíba, ia ficar rodando o dinheiro aqui no nosso estado, que Pernambuco ainda vem trazer flores para o nosso estado, eles estão pegando dinheiro no nosso estado e levando para gastar em outro estado, então a gente tem que investir aqui e gastar aqui (Helena, 46 anos. Entrevista concedida em 05/05/2013).

De acordo com a presidente da cooperativa, uma de suas dificuldades está relacionada à falta de incentivo dos governos locais o que dificulta a expansão do cultivo de flores na Paraíba. Segundo Helena, Pernambuco tornou-se o principal setor concorrente na região devido à grande oferta de flores. O Jornal do Comércio de Pernambuco aponta que este Estado é o quinto maior produtor de flores no ranking nacional seguido por Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em relação à região Norte/Nordeste, Pernambuco é líder em produção e consumo. Em Gravatá, principal polo de produção, a floricultura é responsável pela movimentação de R\$ 3 milhões mensais na economia local (BARROS, 2009)

A atual presidente revela que seria necessário mais investimentos dos governos para que o mercado consumidor de flores da Paraíba fosse abastecido somente com flores cultivadas internamente, sem precisar que Pernambuco ou qualquer outro Estado fossem nossos fornecedores. Helena acredita que o trabalho em associação e o cooperativismo são capazes de alavancar a economia local, sendo necessárias políticas locais de apoio a esses empreendimentos.

Para nos referirmos ao projeto cooperativista desenvolvido pela COFEP, tomaremos como parâmetro de análise os princípios e valores basilares que apoiam as ações da citada cooperativa. Para tanto, vamos focar a organização do trabalho na cooperativa, os processos decisórios, as práticas de cooperação e solidariedade.

A organização do trabalho e da produção obedece a um planejamento e segue uma execução de tarefas desenvolvidas por todos os membros da cooperativa, sem distinção. A prática da autogestão possibilita que todos os membros participantes da cooperativa aprendam e desempenhem com sucesso todas as atividades, sendo o conhecimento compartilhado entre todos os envolvidos. De acordo com as entrevistadas, todo o trabalho e todas as atividades desenvolvidas na COFEP tem sua execução decidida em conjunto e em comum acordo. Há

uma distribuição diária das atividades a serem executadas nas estufas, sem privilégio algum. Segue a fala das cooperadas quando questionadas sobre a divisão de tarefas no grupo.

A gente resolve fazer tudo reunido, a gente não divide tarefa nenhuma, é tudo iguais, tiram mato, tiram broto, a gente vai tudo em grupo. É discussão em grupo, a gente senta em um canto e resolve nos tudinho, junto com Helena (Ana Lúcia, 26 anos. Entrevista concedida em 07/10/2013).

É tudo junto, a gente trabalha tudo por igual o serviço de uma é o serviço de outra é dividido pela gente mesmo (Marlene Rufino, 43 anos. Entrevista concedida em 07/10/2013).

São tudo igual, os direitos são tudo igual, os serviços são tudo igual, o que uma faz, todas faz igual também (Maria Cristina Trajano dos Santos 35 anos. Entrevista concedida em 07/10/2013).

São tudo igual, a gente se reuni nos tudinho e vê para nós tirar broto e para a gente tirar mato, depois vai duas aguar e fica as outras tirando brotos e tirando mato. Nós se reuni, e não dá trabalho nenhum e vamos *simbora* fazer o serviço da gente (Severina Cassimiro da Silva, 43 anos. Entrevista concedida em 07/10/2013).

As atividades desenvolvidas na COFEP pel@s cooperad@s atendem a um planejamento e divisão de tarefas sem distinção, nem privilégios. Em depoimento, Ana Lúcia explana sobre as decisões em grupo e quando indica que o grupo “não divide tarefa” revela o não favorecimento de qualquer participante. Homens e mulheres executam tarefas na cooperativa conforme as necessidades do dia.

Os/as cooperados/as executam tarefas, planejam, avaliam resultados e tomam decisões tanto de ordem operacional como estratégica³. A tomada de decisão pode ser considerada uma das, se não, a mais importante função d@ cooperad@ em suas atividades cooperativistas. Todas as questões de ordem estratégica ocorrem a partir de reuniões com @s cooperad@s e a presidente. No momento em que o/a cooperado/a se manifesta e atua tomando decisões, ele/a também está exercendo e fortalecendo a democracia cooperativa. De acordo com os princípios

³ Operacional: relacionada a questões práticas e diárias; estratégica: decisões vinculadas a investimentos, contratações, etc.

do regimento interno da COFEP, existe uma adesão livre e voluntária, valendo a regra de um sócio – um voto. O ingresso de qualquer sócio/a na cooperativa é decidido em reunião e são aceitos aqueles/as que se identificam com a prática cooperativista ali desenvolvida. As eleições para a presidência da COFEP são realizadas a cada dois anos e seguem os princípios regidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Todos @s cooperad@s tem direito a um voto, e todos também possuem o direito de se candidatarem, porém, desde a sua fundação, Helena permanece na presidência, por escolha d@s cooperad@s em eleições, apesar de todos apresentarem, em seus depoimentos, que se sentem capazes de assumirem a coordenação da cooperativa. Em conversas com algumas cooperadas, elas relatam que votam em Helena porque acreditam em sua competência e acreditam que a mesma possui “punho forte” para levar a COFEP em frente. Já Helena falou que sempre deixa o cargo de presidente a dispor dos demais participantes, porém, nas eleições, todos decidem pela sua permanência.

A equidade é um princípio prevalecente em todos os setores da cooperativa e em todos os processos de tomadas de decisão. Tal equidade é também revelada na divisão igualitária dos rendimentos financeiros da cooperativa entre os sócios participantes. Os participantes cooperad@s da COFEP revelam que trabalham unicamente na cooperativa e que a remuneração é distribuída igualitariamente para cada um. É importante citar que há uma variação nos valores recebidos coletivamente. Caso ocorra alguma alteração no nível de vendas da cooperativa, a remuneração dos sócios também é alterada, ou seja, nos meses ou quinzenas que a cooperativa apresenta maiores vendas, todos recebem uma remuneração maior. Questionamos as cooperadas se há alguma diferença em valores financeiros no pagamento recebido por cada um pelo trabalho desempenhado na COFEP e obtivemos os seguintes depoimentos:

Todo mundo recebe igual, ninguém recebe mais que o outro, ou menos do que o outro não, a gente recebe igual (Marlene Rufino, 43 anos. Entrevista concedida em 07/10/2013).

A gente divide todo por igual, porque todos têm a sua contribuição e todos trabalham. Então a gente divide por igual e desde o começo, tudo que a gente faz na cooperativa é combinado, então a gente pergunta se elas querem receber por quinzena ou no final do mês e elas decidiram ser por quinzena e então por quinzena a gente paga a todos por igual, tira uma parte das despesas que é obvio, tira e depois rateia tudo por igual (Maria Helena, 46 anos. Entrevista concedida em 07/10/2013).

A cooperação exercida nas cooperativas deve ir além das atividades desempenhadas em seu interior. A cooperação, em alguns casos, ultrapassa o ambiente das atividades da cooperativa e há uma parceria com outras cooperativas, independente do ramo de atuação destas cooperativas. Essa cooperação é caracterizada pela intercooperação e gestão cooperativa. Esta prática é desenvolvida pela MCC, modelo apresentado anteriormente em nosso estudo.

O modelo MCC é modelo a ser seguido e copiado, pois o mecanismo adotado é de apoio ao processo produtivo das cooperativas, quando há necessidade para tal. As empresas cooperativas envolvidas neste circuito atendem as demandas e necessidades umas das outras, fortalecendo as parcerias. A COFEP, por enquanto, não se enquadra nesta articulação, porém, de acordo com a atual presidente, um de seus desejos é que sejam desenvolvidas na região, outras floriculturas e outras atividades ligadas à agricultura.

Outro desejo da Helena é a parceria permanente com os poderes locais e que estes incentivem a prática cooperativista voltada ao cultivo de flores e que esta iniciativa torne a região uma referência para o Brasil. Segundo Helena, no início da fundação da COFEP ocorreram algumas parcerias, a exemplo de órgãos de apoio e fomento, porém, atualmente, a cooperativa “anda com as próprias pernas” e revela que um exemplo acerca da ausência de parcerias de apoio é a análise de solo dos canteiros da cooperativa. A análise requer que seja atualizada anualmente para investigação da qualidade do solo e adequação para o cultivo, e isto só acontece quando um técnico visitante de Holambra vem à Paraíba. A presidente revela que, apesar da existência de uma Universidade Federal na cidade de Areia, é necessário vir um técnico de São Paulo para fazer as devidas análises.

A COFEP, em seu projeto cooperativista, tem na coletividade seu maior suporte. A COFEP apresenta, em seu quadro, cooperad@s satisfeitos em participar de suas atividades, principalmente porque aprenderam a valorizar o trabalho em grupo, sem competições e objetivando o bem comum. A solidariedade exercida pel@s cooperad@s, desde a fundação da COFEP, provocou consequências positivas na vida de cada um deles. Além do compartilhamento de ideias e saberes no dia a dia da cooperativa, prevalece a ajuda mútua. Em relação à questão da coletividade, fizemos o seguinte questionamento: Você encontra dificuldade de trabalhar coletivamente? Se tiver, quais são estas dificuldades? Obtivemos as seguintes respostas:

Tem, tem coisa que a gente tem dificuldade, porque tem coisa que a gente não aprendeu direito ainda, mas a gente tá indo devagarzinho e

mais para frente a gente vai aprender mais, para trabalhar e fazer os negócios melhor. Não tem dificuldade com elas [COOPERADAS] não, se não sei fazer uma coisa, elas me ensinam direitinho como é, só que tem coisa que a gente aprende rápido, mas tem coisa que demora um pouco (Marlene Rufino, 43 anos. Entrevista concedida em 07/10/2013).

Não encontro não. Às vezes assim, acontece assim uma praga, a gente se ajunta tudinho, vai, se reuni, ai melhora, é tudo junto. Não tem dificuldade não na vida da gente, sempre se dando bem, sempre são unidas, graças a Deus (Maria Cristina, 35 anos. Entrevista concedida em 07/10/2013).

Não, temos não. Nós somos todas unidas, nós trabalhamos todas juntas, somos todas unidas (Severina Cassimiro, 43 anos. Entrevista concedida em 07/10/2013).

A gente não tem dificuldade nenhuma em trabalhar em grupo, é tudo unida (Ana Lucia, 26 anos. Entrevista concedida em 07/10/2013).

Os relatos feitos pelas cooperadas revelam a satisfação de trabalhar em grupo e de ser membro da COFEP. A cooperativa é um ambiente onde @s cooperad@s interagem e são solidárias no compartilhamento das tarefas. A solidariedade é outro princípio prevalecente no cotidiano da cooperativa. A cooperação revelada na ajuda mútua é caracterizada no compartilhamento de responsabilidades, no tempo disponibilizado para ajudar as colegas de trabalho, além da preocupação com o bem estar do outro e de suas famílias. Entre os canteiros as cooperadas compartilham conhecimentos sobre o cultivo de flores e dividem assuntos pessoais. A prática solidária exercida pel@ cooperad@s ultrapassa os limites da cooperativa. O laço de solidariedade fortalecido no dia a dia na cooperativa faz com que @s cooperad@s compartilhem outros momentos importantes de suas vidas, a exemplos das datas festivas, dia das mães, dia dos pais, Natal, festejos juninos etc. A solidariedade é uma prática que favorece a boa convivência entre os cooperados e pode ser ponte para solucionar problemas nos dia a dia da cooperativa.

CAPÍTULO 3

Gênero e Desenvolvimento

Identificar as mudanças ocorridas (ou não) nas relações de gênero nas famílias das cooperadas a partir de suas inserções na COFEP, bem como analisar as dinâmicas de gênero presentes na cooperativa é um dos objetivos do trabalho de dissertação apresentado. É importante entender que as relações de gênero permitem a construção de um território permeado por relações de poder e esse mesmo território pode ser palco de muitas transformações sócio culturais e políticas. No presente trabalho, consideramos as discussões de gênero a partir das diferenças que são culturalmente construídas para as mulheres e para homens, em determinada época e para dada sociedade.

3.1 Estudos de gênero e divisão sexual do trabalho

O conceito de gênero foi introduzido nos estudos feministas, na metade dos anos de 1970, por estudiosas norte americanas. Dentre elas, podemos destacar Gayle Rubim, Natalie Zemon Davies e Joan Scott (PRIORE, 2005). O conceito de gênero passa a ser visto como um instrumento de análise das relações entre os sexos, enfocando a necessidade de se estudar o contexto sociocultural que desencadeia as diferenciações entre homens e mulheres. No Brasil, a influência dos estudos de gênero vai impulsionar a reflexão feminista somente a partir dos anos 1990. De acordo com Piscitelli (2009), alguns indicadores no Brasil revelam a necessidade de se falar e discutir sobre gênero, considerando o fato de que a igualdade entre homens e mulheres está longe de ser atingida. A autora reforça a necessidade de se compreender os lugares desiguais e diferenciados ocupados pelas mulheres nas diversas áreas da vida social.

De acordo com Piscitelli (2009), existem distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres que são vistas como resultados das diferenças que são naturalizadas. As principais versões do termo gênero desencadeia o debate sobre esse processo de naturalização “mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças” (PISCITELLI 2009, p. 119).

Discutir sobre gênero nos remete a dois pontos importantes: o primeiro diz respeito à atribuição de espaços sociais diferenciados para homens e para mulheres; o segundo ponto diz respeito à situação de discriminação feminina, que acontece em diferentes lugares do mundo e em diferentes momentos históricos. As situações de discriminação possuem suas particularidades, porém há algo em comum a ser citado: a discriminação costuma ser justificada na maioria dos casos a partir da atribuição de qualidades e traços de temperamento diferentes a homens e a mulheres. Essas qualidades e traços de temperamentos são ressaltados para delimitar os espaços de atuação de homens e mulheres. De acordo com a autora, esses traços são dados como “naturais”, “inatas”, assim também como são naturalizadas as distribuições desiguais entre homens e mulheres, fruto das diferenças. De acordo com a autora, a naturalização desses traços faz com que estes sejam vistos como algo inato, supostamente natural.

Piscitelli (2009) aponta que há um duplo procedimento de naturalização, visto que as diferenças atribuídas a homens e a mulheres são consideradas inatas e derivadas das distinções naturais. Essas diferenças são apontadas como resultados das desigualdades entre uns e outras. Tais distinções, inatas e biológicas, são denominadas pela palavra *sexo*. Tal denominação é dada pelas ciências e também adotada pela linguagem do dia a dia. A utilização desta linguagem foi o motivo que impulsionou a utilização do termo *gênero* pelas mulheres do movimento feminista para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade. O *sexo*, então se vincula à biologia; enquanto *gênero* está relacionado à cultura. A autora cita o psicanalista Stoller (1963) formulador do conceito de identidade de gênero. De acordo com o psicanalista, quando nascemos somos classificados de acordo com as nossas genitais, seremos então meninas ou meninos. Porém, a maneira como se comporta ou como vive esse homem ou essa mulher não deriva desses genitais e sim “dos aprendizados que são culturais, que variam segundo o momento histórico, o lugar, a classe social” (p.124).

Heilborn (1995) apresenta *gênero* como conceito que se refere à construção social do sexo; o sexo é designado como a atividade sexual propriamente dita e a caracterização anatomofisiológica dos seres humanos.

Segundo a citada autora, o conceito de gênero estabelece uma distinção entre a dimensão biológica e a social. Esta distinção está alicerçada no que se convencionou chamar de sistema sexo/gênero. O raciocínio que apoia essa distinção baseia-se na ideia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é realizada na cultura (HEILBORN, 1995 s.p.).

Neste sentido, ficam demarcadas as várias possibilidades de construções de masculinidades e feminilidades ancoradas nos diversos códigos culturais dispostos nas variadas formações históricas.

Esse conceito *sexo/gênero* teve influência majoritária entre as feministas de cultura anglo-saxônica. Porém, para as feministas francófonas, especialmente na França, a base explicativa para subordinação da mulher esteve mais ancorada na perspectiva teórica de vertente marxista, tomando a reflexão em torno da divisão sexual do trabalho como o carro chefe que norteou o conceito de relações sociais de *sexo*.

A influência teórica do conceito *divisão sexual do trabalho* para os estudos feministas data da década de 1970, quando na França foram divulgados vários trabalhos sob o impulso do movimento de mulheres. Surgia, então, um movimento que questionava uma forma de trabalho não remunerado, nem reconhecido. Tratava-se de um trabalho considerado invisível e desenvolvido de forma totalmente gratuita. Assim:

[...] torna-se então coletivamente evidente que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. A denúncia se desdobrou em uma dupla dimensão: “estamos cheias” (era a expressão consagrada) de fazer o que deveria ser chamado de “trabalho”, de deixar que tudo se passe como se sua atribuição às mulheres, e apenas a elas, fosse natural, e que ele não seja visto, nem reconhecido (HIRATA e KERGOAT, 2008 p.264).

A *divisão sexual do trabalho* é o estudo da distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho além da análise do trabalho doméstico distribuído entre os *sexos*. Revela que há uma necessidade de refletir sobre essa diferenciação e os processos utilizados para concretizar esse tipo de hierarquização (HIRATA e KERGOAT, 2008).

De acordo com Engels (1981 apud CORTELETTI 2009), a família foi o ponto de origem da divisão social do trabalho, ao mesmo instante em que as contradições de classe se desenvolvem e se ressaltam as desigualdades entre homens e mulheres. Nesta perspectiva, os homens eram responsáveis pelo trabalho que dava origem à mais-valia a partir do trabalho realizado fora do ambiente doméstico. Enquanto isso, a mulher seria responsável pela reprodução dos filhos e do marido. Sendo assim, o trabalho da mulher não seria capaz de criar valor-de-troca, assumindo apenas o papel de administradora, numa família patriarcal, reafirmando o homem como provedor principal e a mulher como provedora complementar,

existindo o reforço da distorcida ideia de que as responsabilidades com os filhos e as tarefas domésticas constituem uma ajuda, uma participação complementar (CORTELETTI, 2009).

O movimento feminista, iniciado na França, mas com participação de brasileiras exiladas em Paris, questionava o trabalho não reconhecido desempenhado pelas mulheres, caracterizado por sua invisibilidade, desempenhado de forma gratuita e realizado não para si, mas para os outros. De acordo com Kergoat (2009), após a denúncia desse trabalho não reconhecido, as pesquisas avançaram nas análises do trabalho doméstico como atividade de mesmo peso que o trabalho profissional. É importante citar que, de acordo com a autora, a relação social é, em princípio, uma tensão, constituída por dois grupos antagônicos: *grupo social homens* e *grupo social mulheres* tendo como base material, o trabalho.

É importante ressaltar que os papéis assumidos por homens e por mulheres em seus respectivos grupos reforça a distribuição diferencial de homens e mulheres fundamentada na repartição desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

De acordo com Ferrand (2005), o fato de se constatar uma diferença biológica entre os sexos não poderia implicar em uma relação de dominação de um sexo sobre o outro.

As primeiras pesquisadoras feministas tinham como objetivo principal a denúncia da opressão vivida pelas mulheres. Essa denúncia implicava transpor uma reflexão sobre a mulher para chegar a uma análise da realidade social que as mulheres vivem, mostrando que não há uma essência, ou uma constância feminina, mas um grupo social que é sobrecarregado com certo tipo de tarefas, designadas pela divisão social e sexual do trabalho: donde a necessidade de mostrar seu aspecto histórico e social (portanto, arbitrário e reversível).

Tratava-se, assim, de demonstrar que a constatação de uma diferença biológica entre os sexos não implicava em si uma relação de dominação de um sexo sobre o outro, nem a exclusão, para cada um dos dois sexos, das potencialidades oferecidas pelo outro (FERRAND 2005, p.679).

As funções atribuídas a homens e mulheres a partir de distinções biológicas revelam uma situação preocupante de desigualdade vivida pelas mulheres e torna-se fundamental uma reflexão sobre a desnaturalização de atribuições de papéis e lugares sociais diferenciados a homens e mulheres.

3.2 Gênero, Desenvolvimento e a COFEP

As discussões pertinentes a naturalização das diferenças que se atribuem a homens e mulheres são importantes, visto que a principal consequência deste processo é a persistência

das desigualdades e entrave do desenvolvimento. É importante citar que a igualdade de gênero é peça chave para o desenvolvimento, pois de acordo com o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012 existem duas justificativas básicas para esta igualdade, quais sejam:

Primeiro, a igualdade de gênero tem importância intrínseca porque a capacidade de viver a vida que se deseja e ser poupado da privação absoluta é um direito humano básico e deve ser igual para todos, seja a pessoa homem ou mulher. Segundo, a igualdade de gênero tem importância instrumental porque uma maior igualdade de gênero contribui para a eficiência econômica e a obtenção de outros resultados essenciais de desenvolvimento (WDR, 2012 p. 3).

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012 enfatiza a importância da igualdade de gênero para o desenvolvimento, pois, nesta perspectiva, qualquer pessoa, homem ou mulher, tem o direito de viver sem privações além da possibilidade de expandir suas liberdades, possibilitando um processo de desenvolvimento com menos pobreza de renda.

A igualdade de gênero possibilita o desenvolvimento e expansão igualitária para todas as pessoas, isto é, “menos hiatos no bem estar entre homens e mulheres”. O desenvolvimento a partir da igualdade de gênero torna-se assim, essencial, com a possibilidade de acesso a justiça e melhores níveis de renda (SEN 1999 *apud* WDR 2012, p. 3). A partir da diminuição dos hiatos, são quebradas barreiras, possibilitando às mulheres o mesmo acesso que os homens têm à educação; melhorias na vida de seus filhos; maior inclusão e participação das mulheres em instituições e escolhas políticas, ocorrendo um nivelamento das condições de vida.

É importante citar que falta muito para o alcance de um desenvolvimento ancorado na igualdade de gênero, pois alguns hiatos persistem em muitas dimensões entre homens e mulheres. São hiatos que revelam desvantagens em relação à saúde, no que diz respeito ao registro de alta mortalidade de mulheres e meninas. Hiatos persistem no mercado de trabalho quando ocorrem as disparidades salariais de gênero; diferenças entre homens/ mulheres acerca da responsabilidade com tarefas domésticas (WDR 2012, p.14).

As discussões pertinentes às questões de gênero e a participação das mulheres no mercado de trabalho, assim como as discussões referentes à participação feminina diante das disparidades e persistência das desigualdades de gênero, se ampliam e se diversificam. O século XX, intitulado “o século das mulheres”, recebeu este adjetivo devido às conquistas alcançadas pelas mulheres e a “feminização” do mercado de trabalho. Algumas batalhas persistem objetivando a diminuição das disparidades existentes entre os trabalhos

desenvolvidos por homens e mulheres. Analisando o trabalho das mulheres no Brasil, Lombardi (2010, p.35-40) apresenta algumas tendências:

[...] Primeiro: a persistência do crescimento da atividade feminina no mercado de trabalho, evidenciado pelas crescentes taxas de atividade e de participação feminina na população economicamente ativa. Em segundo: transformações demográficas se consolidam na população brasileira, com reflexos importantes sobre o perfil da força de trabalho feminina. A terceira tendência diz respeito ao aumento da escolaridade para patamares superiores aos dos homens. Uma quarta tendência trata da persistência da desigualdade nas posições em que as mulheres se inserem no mercado de trabalho comparativamente aos homens. A quinta tendência diz respeito a diminuição do espaço de desigualdade entre a remuneração dos homens e das mulheres, iniciada nos anos 1980 e que vai se consolidar nos anos 1990. Outra tendência apontada é a bipolaridade ou dualidade do trabalho feminino. Finalmente, uma última e persistente tendência não pode deixar de ser lembrada, permanece o padrão de divisão sexual do trabalho doméstico, segundo o qual a mulher é o principal responsável pelo cuidado com os filhos, a casa e a família [...].

Os impactos da globalização sobre as mulheres ressaltam uma tendência ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho. De acordo com o WDR (2012), nos últimos 25 anos ocorreram grande participação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, mas ressalta que esse acontecimento não acarretou oportunidades iguais de emprego ou salários iguais para homens e mulheres. As mudanças ocorrem lentamente, porque, apesar de as profissões se abrirem para as mulheres, as baixas remunerações persistem, persistindo também a reprodução da hierarquia de gênero. É importante citar que os estudos referentes à divisão sexual do trabalho não enxergam mudanças do trabalho executado no ambiente doméstico, levando em consideração que independente da quantidade de horas da jornada de trabalho das mulheres, elas são as principais responsáveis pelo cuidado com a família, com a casa e com os filhos.

Homens e mulheres atuam em muitos e diferentes espaços do campo econômico, atuam em vários mercados e, às vezes, exercem os mesmos cargos, porém as mulheres ainda dedicam mais horas de trabalho as atividades domésticas. Os atributos culturais associados a ser uma mulher ou um homem culminam com a atribuição de diferentes papéis a estes, resultando em diferentes quantidades de tempo que homens e mulheres dedicam à realização das tarefas domésticas; conseqüentemente, a quantidade de horas dedicadas pelas mulheres às tarefas domésticas, supera àquelas dedicadas pelos homens. Na maioria dos países, as mulheres assumem uma responsabilidade desproporcional em termos de tarefas domésticas,

tendo consequências para seu lazer e bem-estar. A dedicação desproporcional aos cuidados com os filhos e realização de tarefas domésticas tem como consequência inúmeras horas de trabalho não reconhecidas, e não remuneradas, revelado pelas feministas como um trabalho invisível e desenvolvido de forma gratuita.

Quando refletimos sobre nosso objeto de estudo, percebemos mulheres que antes de se envolverem com a COFEP viviam com seus parceiros o processo de invisibilidade de suas atividades no âmbito privado, posto que além de realizarem os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos, elas exerciam atividades na agricultura e criação de animais domésticos, sendo estas atividades consideradas complementares para a subsistência da família. Após a iniciativa de fundar a COFEP, mudanças ocorreram na dinâmica familiar destas cooperadas, as quais proporcionaram independência financeira das mesmas, melhores perspectivas de vida para seus filhos, além da possibilidade de permanência nas comunidades onde nasceram. Estas mudanças ficam evidentes quando analisamos a posição que estas mulheres passaram a assumir no que se refere à manutenção financeira da família.

Do total de doze (12) mulheres pesquisadas, nove (9) são casadas e dessas mulheres quatro (4) são provedoras sozinhas de suas famílias enquanto cinco (5) dividem com seus companheiros as despesas da família.

Ocorreu, nesse caso, uma modificação nas relações de gênero historicamente construídas, pois as mulheres saem do âmbito do lar e adentram o âmbito público, tornando-se o sustento (ou parte dele) de suas famílias como mulheres empreendedoras capazes de prover suas famílias e compartilhar responsabilidades financeiras com seus maridos.

Com relação às mulheres solteiras, na amostra pesquisada foram encontradas três (3) nesta condição, as quais moram na residência de seus pais, que são responsáveis diretos pela manutenção financeira da família. A tabela a seguir demonstra esses dados:

Tabela 1: Provedor das despesas da família. Quem é o provedor (a) das despesas da família (Caso a resposta tenha sido negativa)

ALTERNATIVAS	Frequência	%
Entrevistada (o)	4	33,33
Esposo	0	0,00
Sogro	0	0,00
Sogra	0	0,00
Pai	0	0,00
Mãe	2	16,67
Filhos	0	0,00
Filhas	0	0,00
Entrevistada e esposo	5	41,67
Pai e mãe	1	8,33
TOTAL	12	100

Fonte: Própria (2013)

Quando passamos a analisar a tarefa de administração do orçamento familiar verificamos que cinco (5) mulheres, mais da metade das mulheres casadas administram sozinhas o orçamento familiar e duas mulheres compartilham esta responsabilidade com seus companheiros. Em relação aos esposos, dois (2) são apresentados como responsáveis pela administração do orçamento familiar.

Tabela 2: Administração do orçamento da família. Quem administra o orçamento da família das Cooperadas da COFEP

ALTERNATIVAS	Frequência	%
Entrevistada	5	41,67
Esposo	2	16,67
Sogro	0	0,00
Sogra	0	0,00
Pai	0	0,00
Mãe	2	16,67
Filhos	0	0,00
Filhas	0	0,00
Entrevistada e esposo	2	16,67
Pai e mãe	1	8,33
TOTAL	12	100

Fonte: Própria (2013)

A administração do orçamento familiar executado pelas mulheres foge à regra da hierarquização de gênero. A ideia de manipular a renda familiar sempre nos remete ao papel do homem na família, porém as mulheres pesquisadas apresentam uma realidade de compartilhamento desta responsabilidade, como também assumem de maneira absoluta a administração do orçamento. Tal fato está atrelado à independência financeira conquistada por elas e a possibilidade de assumirem outros papéis no âmbito social e no núcleo familiar. Outra consequência desta independência financeira é a possibilidade de nivelamento na valoração do trabalho que é desempenhado tanto pelas mulheres como por seus companheiros. As desigualdades provenientes das diferenças atribuídas a homens e a mulheres se revelam amenas, no caso das mulheres envolvidas na COFEP, possibilitando menores disparidades na busca pela igualdade de gênero.

Outro dado de extrema importância que deve ser considerado em nossa análise refere-se à tomada de decisão no núcleo familiar. Dentre as mulheres casadas, em número de nove (9), seis (6) revelaram o compartilhamento destas responsabilidades com os companheiros, conforme exemplificamos nos depoimentos a seguir:

Tem coisa que é nós dois, a gente se combina, eu converso com ele, ele conversa comigo, tem coisa que dá pra mim resolver eu resolvo só e tem coisa que ele dá pra resolver só também, tem muita coisa que a gente se combina, se da certo ou se não dá, a gente se conversa, a gente se reúne, pra gente fazer o que se quer fazer, alguma coisa assim (Severina Cassimiro, 43 anos).

Decisão entre nós dois, a gente conversa e toma das decisões para primeiro fazer (Ana Lucia, 26 anos)

Com relação às outras três (3) mulheres casadas, tivemos as seguintes situações no referente às tomadas de decisão no âmbito familiar: uma (1) delas argumenta que as deliberações no seio familiar são tomadas em conjunto com todos os membros da família, considerando-se que nesta família existem filhos adultos ainda morando na mesma residência; as outras duas (2) mulheres casadas afirmaram deterem a primazia de suas opiniões nos momentos de deliberações finais nas tomadas de decisões no âmbito familiar, demarcando suas posturas pró-ativas nos assuntos familiares.

As cooperadas que se encontram na condição de solteiras, sem filhos, vivendo na companhia de seus pais, indicaram que as decisões no seio de suas famílias são tomadas

compartilhadamente com todos os membros. Cabe lembrar que estas mulheres não assume o ônus de prover financeiramente suas famílias, o que fica a cargo de seus pais. Para melhor ilustrar as informações anteriormente expostas acerca das tomadas de decisões na família, apresentamos a tabela:

Tabela 3: Tomada de decisão na família. Forma de tomada de decisão na família da Cooperada da COFEP

ALTERNATIVAS	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Deliberação final da entrevistada	2	16,67
Deliberação final do esposo	0	0,00
Deliberação final de ambos	5	41,67
Deliberação conjunta dos membros da família	5	41,67
TOTAL	12	12

Fonte: Própria (2013)

Podemos enfatizar reflexos dos números acima apresentados quando investigamos sobre a responsabilidade das mulheres cooperadas casadas pela compra de imóveis, a exemplo de casas, terrenos e até automóveis para a família. De acordo com os dados, apenas dois (2) esposos são indicados como responsáveis por este tipo de compra, enquanto cinco (5) mulheres são apresentadas como responsáveis por esta atividade na família. Outras duas (2) esposas compartilham com seus maridos esta responsabilidade. Em relação às compras de eletrodomésticos para a família, nenhum companheiro é relatado como responsável; cinco (5) foi o número apresentado para as mulheres que fazem essas compras sozinhas e quatro (4) mulheres revelam que fazem este tipo de compra em conjunto com os companheiros.

Em relação à feira de supermercado, exatamente seis (6) das mulheres casadas são responsáveis por esta tarefa, enquanto apenas dois companheiros a executa sozinhos; apenas uma entrevistada apontou a situação de haver partilha desta responsabilidade com o marido.

Os dados apresentados revelam a inserção das mulheres em atividades geralmente executadas pelos homens. Entendemos que a particularidade deste fato está intimamente ligada à independência financeira conquistada por estas mulheres, bem como a prática de autogestão vivenciada no âmbito da cooperativa. As cooperadas revelavam que a partir do momento que passaram a ter renda mensal garantida, conquistaram o poder de tomar decisões

em suas famílias. Os relatos das cooperadas casadas enfocavam a oportunidade de participar nas despesas do lar, ou até mesmo assumir sozinha, financeiramente, o sustento da família. Relatavam ainda que se sentiam felizes em poder comprar suas roupas, batons e comprar presentes para os filhos com seu próprio dinheiro.

Conquistar a independência financeira é um sonho acalentado por muitas mulheres e é uma conquista alcançada pelas mulheres cooperadas. Além disso, essa conquista está aliada ao fato de seus companheiros compartilharem de atividades desenvolvidas no ambiente doméstico.

A realização das tarefas domésticas foi outro item investigado no estudo. Seguem os relatos das entrevistadas quando questionadas sobre quem realiza as tarefas domésticas em suas casas e a participação dos companheiros nessas tarefas.

Os serviços de casa eu faço, meu marido me ajuda muito, ele faz o almoço, ele cuida de casa, quando chego em casa eu termino de cuidar, vou lavar minha roupa, ele me ajuda e eu ajudo ele (Severina Cassimiro, 43 anos).

Minhas filhas e eu também num sabe. Só na parte da manhã que eu faço as coisas, mas no correr do dia é minhas filhas quem faz, eu tenho 3 filhas, 4 filhos e uma nora dentro de casa, elas quem faz mais do que eu, meu esposo esta parado também ai ele ajuda (Marlene Rufino, 43 anos).

Eu e ele faz. Me ajuda a fazer almoço, varrer casa (Ana Lucia, 26 anos).

Eu, e ele as vezes sim, as vezes me ajuda, ele ajuda nas tarefas de casa, arrumar a casa, lavar um prato (Edna Lorenço, 25 anos).

Tarefa de casa sim, ele cozinha, ele toma conta dos meninos, pega os meninos quando vem da escola, ele ajuda eu sim (Maria Cristina, 35 anos).

Antes só era eu, mas agora a gente tem de dividir, não só comigo, mas com os filhos e com o marido. Cuidar da comida, passar um pano na casa, lavar um prato. Tem muitos homens que ficam mangando, que acha que é ridículo, mas eu acho tão lindo quando ele faz essas coisas (Maria Helena, 46 anos).

Os relatos das mulheres cooperadas revelam uma particularidade não muito comum nos lares de muitas famílias que é o compartilhamento destas tarefas com seus companheiros. A maioria das mulheres casadas deixa clara a contribuição dada por cada um de seus companheiros, desde a limpeza do chão da casa, a preparação do almoço, a lavagem da louça usada pela família além do cuidado com os filhos. A iniciativa de participar dos afazeres

domésticos desperta nos lares uma convivência com tarefas e responsabilidades compartilhadas, além disso, desperta, nas mulheres, admiração e reconhecimento por seus maridos, como relata Maria Helena, que adjetiva como “lindo” o fato de o companheiro fazer as tarefas domésticas. É importante citar que o tempo despendido pelos homens com as tarefas domésticas não se iguala proporcionalmente ao tempo dedicado pelas mulheres, mas a participação dos maridos em somar esforços para realização destas atividades pode ser considerada um ponta pé para as mudanças nas relações de gênero nestas famílias.

Em relação aos cuidados com os filhos, verificamos que apenas duas (2) mulheres responderam que são responsáveis por levarem seus filhos à escola. Assim também, dois (2) maridos são apresentados como responsáveis por esta tarefa. Uma (1) das cooperadas casadas aponta que o vizinho auxilia nesta tarefa, três (3) mulheres revelam que os filhos vão sozinhos para a escola e uma (1) entrevistada relata que ainda não possui filhos em idade escolar.

Já em relação à reponsabilidade de ensinar as tarefas escolares aos filhos, os maridos não são enumerados como responsáveis sozinhos por esta atividade. Das nove (9) mulheres casadas participantes da amostra, apenas três (3) são responsáveis por esta atividade. Outras três (3) revelam que filhos e filhas mais velhos assumem esta responsabilidade. Uma (1) cooperada aponta a irmã como responsável por ensinar as tarefas escolares ao filho. Uma (1) mulher ainda não possui filhos em idade escolar, e uma (1) mulher compartilha com seu marido esta responsabilidade. Em caso de enfermidade, todas as mulheres casadas são responsáveis por encaminharem os filhos ao médico ou posto de saúde.

Os dados apresentam a participação de outras pessoas no encaminhamento dos filhos das cooperadas para a escola e orientação nas tarefas escolares. Em relação às tarefas escolares dos filhos, percebemos a pouca inserção das mulheres nesta tarefa, deixando esta responsabilidade para os filhos mais velhos e outros familiares. Alguns avanços ainda precisam acontecer, pois os maridos compartilham as tarefas domésticas com as mulheres e seria fundamental que esta participação se estendesse aos cuidados com os filhos e atividades escolares.

Mudanças ocorreram nas relações familiares de gênero após as inserções das mulheres na COFEP. As declarações das cooperadas revelam que a inserção na cooperativa trouxe mudanças positivas para o núcleo familiar, principalmente no que diz respeito à estabilidade financeira. Vejamos a seguir os depoimentos das cooperadas indicando as principais mudanças ocorridas nas suas vidas após suas inserções na COFEP.

Mudou, porque meu esposo trabalha nas usinas, ai ele só trabalha só no verão, no inverno fica só em casa parado, não tem emprego, ai ajuda né (Marlene Rufino, 43 anos).

Assim, mudou, a renda aumentou mais um tiquinho pra ajudar em casa (Ana Lúcia, 26 anos).

Mudou, estou ajudando agora meu esposo na renda de casa, esta mais melhor (Edna Lourenço, 25 anos).

Mudou, mudou porque antes eu não tinha trabalho e agora eu tenho e agora o que eu posso comprar, eu compro, ajudo meu esposo, ajudo meus netos, hoje sou feliz porque eu tenho e antes eu não tinha (Severina Cassimiro, 43 anos).

Mudou, mudou bastante, porque não tinha emprego, não tinha renda nenhuma e meu marido também não tinha ai melhorou a minha vida (Maria Cristina, 35 anos).

Os relatos feitos pelas participantes da cooperativa revelam que avanços ocorreram relacionados à geração de emprego e renda, assim como ocorreram mudanças nas relações familiares de gênero. Houve uma redistribuição da divisão das tarefas no ambiente familiar. É importante citar que avanços como estes detectados nas famílias arroladas neste estudo não são comuns em outras localidades.

O conceito de divisão sexual do trabalho toma como eixo central de reflexão a “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado” (HIRATA e KERGOAT, 2008 p. 266).

No caso da COFEP, as mulheres inseridas no cooperativismo revelam uma realidade que busca descentrar a primazia dos homens à esfera produtiva. A saída das mulheres da esfera doméstica para a esfera pública rompe com a relação de poder caracterizada pela hierarquia masculina. Por outro lado, o espaço doméstico reservado principalmente às mulheres torna-se palco de mudanças e transformações nos papéis desempenhados pelas mulheres cooperadas e seus respectivos companheiros.

As mulheres envolvidas neste processo de emancipação são mães, donas de casa e filhas de agricultores. A maioria não possui nível médio escolar e, mesmo assim, conquistaram suas emancipações financeiras a partir da iniciativa local e coletiva de fundar a cooperativa.

A divisão sexual do trabalho está fundamentada em dois princípios organizadores, são eles: o princípio hierárquico e o princípio da separação (KERGOAT, 2001 *apud* AVILA,

2010). O princípio da separação revela que há trabalhos de homens e outros de mulheres. E o princípio da hierarquização revela que um trabalho executado por um homem vale mais que um executado por uma mulher (KERGOAT, 2009).

A experiência revelada pela COFEP vai de encontro a esses princípios da separação e da hierarquização, pois a divisão de tarefas no interior da cooperativa não privilegia nem homens nem mulheres, como também a valorização do trabalho não respeita a ordem de ter sido executado por um homem ou uma mulher. Todas as atividades desenvolvidas no interior da cooperativa são planejadas e executadas por todos @os cooperad@s, sem distinção.

A norma que prevalece no cotidiano da COFEP é aquela alicerçada no trabalho elaborado e constante, sem regalias, sem funções privilegiadas para homens e mulheres. Todos exercem as mesmas funções e atividades na cooperativa, não há tarefas direcionadas apenas para homens ou apenas para mulheres.

Não tem não, aqui cada qual faz um só, todas elas que trabalham aqui fazem um só, todas as tarefas é com a gente tudinho. Não, o que os homens faz as mulheres também fazem (Ana Lúcia, 26 anos).

Aqui? Não a gente faz tudo igual, que nem eu disse ainda agora, não tem divisão de nada. É tudo igual, aqui não tem serviço de homem e de mulher não (Marlene Rufino, 43 anos).

Os relatos apresentados pelas mulheres cooperadas afirmam a não valoração do trabalho masculino em relação ao trabalho feminino nas atividades da cooperativa, rebatendo a ideia que alicerça o conceito de divisão sexual do trabalho apresentada pelas estudiosas Hirata e Kergoat (2008, p. 266), quando afirmam a “apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado”. Os avanços em relação à igualdade de gênero e divisão sexual trabalho apresenta seus primeiros sinais no cotidiano da COFEP.

Na cooperativa em estudo, desde a sua fundação, as mulheres somam praticamente a totalidade dos participantes, mas quando questionada sobre os próximos planos para a cooperativa, Helena, atual presidente, revela que deseja agregar mais homens no quadro. Algumas cooperadas também revelaram, em entrevista, que seus companheiros não acreditavam na promessa do cultivo das flores da região e que apesar de desempregados não gostariam de trabalhar na COFEP, pois cuidar de flores não é coisa de homem. Helena revela que um de seus planos para o futuro é agregar mais homens à cooperativa, pois nas comunidades onde estão localizadas as unidades da COFEP ainda há certa rejeição por parte dos homens em trabalhar com flores. Helena também revela que além do machismo a ser

quebrado, ela quer inserir homens na cooperativa para que eles também vivenciem um empreendimento que deu certo e é responsável por mudanças na qualidade de vida das famílias das cooperadas.

Olhe, no começo foram 22 mulheres, hoje nós temos 28 famílias, a gente já tem seis homens trabalhando dentro da cooperativa, então temos mais mulheres realmente, mas porque aqui ainda existe aquela história de homens não trabalhar com flores, mas aqui com o tempo a gente vai quebrar com esse machismo. [...] ninguém tinha prática de flores aqui no brejo e as flores vieram para realmente acabar aqui nessa comunidade do Avarzeado que é uma comunidade muito machista, uma comunidade que tinham os homens que não acreditavam em suas companheiras e graças a Deus nos quebramos o tabu e mostramos a eles, que nós como mulheres, somos capazes de fazer qualquer coisa e nós conseguimos o objetivo que nós mais queríamos, que era trazer um pouco mais para as nossas famílias, nossos filhos e dar um padrão melhora para nós mesmas (Maria helena, 46 anos).

As mulheres revelam e deixam claro em seus relatos a descrença dos maridos em relação à iniciativa de fundação da cooperativa. Porém, a perseverança e persistência revelam um empreendimento bem sucedido na região, com as dificuldades a serem enfrentadas e solucionadas, mas reafirma a possibilidade de geração de emprego e renda para as famílias envolvidas e a permanência de seus participantes em suas comunidades de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi analisar a experiência da COFEP enquanto promotora de desenvolvimento territorial, entendendo gênero, cooperativismo e território como categorias inerentes a esse processo. Para alcance do objetivo geral, foram perseguidos os seguintes objetivos específicos: 1) avaliar a dinâmica organizacional da COFEP a partir de seu projeto de cooperativismo; e 2) identificar as mudanças ocorridas (ou não) nas relações de gênero nas famílias das cooperadas a partir de suas inserções na COFEP, bem como analisar as dinâmicas de gênero presentes na COFEP.

O direcionamento deste estudo a partir do desenvolvimento territorial rural permitiu entender a vivência das mulheres cooperadas além da análise de uma atividade que é desenvolvida no rural. A avaliação alicerçada no território revela dinâmicas, interações e relações de poder responsáveis por mudanças estruturais socioeconômicas, e a isto está associada as melhorias na qualidade de vidas das cooperadas e demais pessoas envolvidas neste processo de desenvolvimento. A COFEP tem em sua formação, pessoas que tiveram a possibilidade de viver e usufruir das transformações ocorridas nas últimas décadas no rural brasileiro. A prática da floricultura é apenas uma das atividades agrícolas desenvolvidas nas mais diversas regiões do Brasil, possibilitando novas rendas e diminuição da pobreza rural, mais especificamente possibilitou geração de renda para as famílias desempregadas após a falência da Usina Santa Maria.

O território, ator e palco de inúmeras relações, apresenta-se como determinante para as ações desenvolvidas pelas mulheres responsáveis pela fundação da cooperativa. Esse território foi construído a partir do poder emanado por essas pessoas. As ações desenvolvidas para atender os objetivos da coletividade resultaram na consolidação do desenvolvimento a partir das potencialidades da região.

O projeto de cooperativismo desenvolvido pela COFEP zela pela cooperação, ajuda mútua, autogestão e solidariedade. Os princípios norteadores da cooperativa são os mesmos apresentados pela Aliança Cooperativa Internacional, que visam a manutenção e solidez de um empreendimento capaz de fomentar o desenvolvimento da região e valorizar a participação dos atores locais.

A COFEP, a partir de sua atuação em um nicho de mercado inovador, tem sua gestão baseada na autogestão, proporcionando as tomadas de decisões no interior da cooperativa, com a participação de todos/as os/as sócios/as. As práticas de cooperação e solidariedade desenvolvidas pelos/as sócios/as resultaram em um ambiente de trabalho sociável, além de

despertar nos/as cooperados/as planos para o futuro. Trata-se do compartilhamento de ideias e saberes, boa convivência e condições favoráveis a expansão do desenvolvimento proporcionado pela atividade.

As práticas autogestionárias desenvolvidas na COFEP refletiram positivamente no funcionamento da cooperativa. O empreendimento fundado, organizado e gerenciado por mulheres provocou mudanças nas relações de gênero na cooperativa e no âmbito familiar. O planejamento e execução das atividades desenvolvidas na cooperativa fogem a regra da hierarquização de gênero: homens e mulheres desempenham suas funções diariamente sem privilégios ou distinção. Há uma valoração igualitária do trabalho, independente se foi desenvolvido por um homem ou se foi desenvolvido por uma mulher. O nivelamento se estende a remuneração, visto que todos recebem os mesmos salários ao final de cada quinzena. Logo, ser homem ou mulher na COFEP não implica distinções, lugares diferenciados ou papéis diferenciados a partir do sexo.

As mudanças se estendem às famílias das cooperadas a partir da independência financeira adquirida pelas mulheres e compartilhamento de responsabilidades com seus companheiros. Identificamos uma realidade onde mulheres assumem a manutenção financeira de suas famílias, assim como definem o orçamento familiar, atuações geralmente designadas aos homens nas relações de gênero. Quando analisamos o compartilhamento de responsabilidades no âmbito familiar, revelamos a participação dos homens nas tarefas domésticas e cuidado com os filhos. É importante citar que o tempo proporcionalmente dedicado a estas atividades pelos homens não supera aquele tempo despendido pelas mulheres, mas implicam avanços nas relações de gênero no núcleo familiar. O espaço doméstico torna-se palco de transformações nas relações de gênero construídas culturalmente por homens e mulheres.

A COFEP consolidou-se como empreendimento promotor de desenvolvimento no brejo paraibano tendo como consequências mudanças na base econômica das famílias envolvidas em suas atividades e nas relações de gênero. Mas, a cooperativa apresenta algumas limitações, a citar: a ausência de parcerias com outras cooperativas e dificuldade de se articular com os poderes públicos locais. Na pauta de planos para o futuro do empreendimento as cooperadas pretendem expandir suas unidades e estimular o cultivo de flores da região, objetivando mais oportunidades de emprego e geração de renda. Sobre as relações de gênero, as cooperadas festejam as conquistas alcançadas no compartilhamento de responsabilidades com seus companheiros, mas pretendem superar o “machismo” existente na região e planejam englobar mais homens no quadro da cooperativa.

Faz-se necessário citar que os resultados aqui apresentados não são terminativos, possibilitando outras análises e continuidade de suas investigações.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In, ORTEGA, A. C. FILHO, N.A. (org.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia**, 2010.
- ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.
- ALMEIDA, Soraya H. **Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba: um estudo de caso**. Areia-PB: UFPB/CCA, 2008. 65f. il. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Agronomia)-Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Agrárias, Areia, 2008.
- BARROS, Isabela. **Flores aquecem economia de Gravatá – PB**. Jornal do Comércio. Recife 17 de out. 2009. Domingo. Disponível em www2.uol.com.br/JC/1999/1710/ec_1710x.htm. acesso em 10 de setembro de 2014.
- BORDO, A. A. ; SILVA, Cleide Helena Prudêncio da ; NUNES, Marcelo ; BARBOSA, Túlio ; MIRALHA, Wagner . **As Diferentes Abordagens do Conceito de Território**. In: VI Semana de geografia, 2005, Presidente Prudente, 2005.
- CARRIÈRE, Jean-Paul; CAZELLA, Ademir Antonio. **Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial**, 2006. Periódico. Pergamum Sistema Integrado de Bibliotecas. , p. 23-47. Eiseforia Florianópolis: UFSC, 1677-2415, (BR-FLUSC) 192682 v.4, (dez. 2006).
- CORTELETTI, Roseli de Fátima .**Trabalhadoras e autogestão : trabalho e vida cotidiana entre operárias de uma fábrica cooperativa em Caxias do Sul, RS**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, PB, 2009.187 p.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** 1. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.212 p.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Dinâmica territorial do desenvolvimento**. In: Dicionário do desenvolvimento regional. Org. Dieter R. Siendenberg. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 168 p.

ETGETO, Anderson Augusto. **Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil**. Maringá Management:Revista de Ciências Empresariais, v. 2, n.1, p. 7-19, jan. /jun. 20,2005.

FERRAND, Michèle. **Relações sociais de sexo e relações de gênero**. Rev. Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 13 (nº. 3): 320, setembro-dezembro 2005. P. 667-689.

FERREIRA, Anna Cristina Andrade. **Contribuição dos engenhos de cachaça e rapadura na formação cultural do município de Areia**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA .Fortaleza, 2009. 14 p.

GOMES, Maria Gervalina Pereira. **Cooperativa de trabalho como alternativa de ocupação profissional: O caso da COOPMIL em Itabuna-BA**. Monografia apresentada a Universidade Estadual de Santa Cruz, 2008.

GRAZIANO SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. In: _____. O novo rural brasileiro. 2. ed. Revista Campinas: UNICAMP. IE, 1999, pp. 1-32 (Coleção pesquisas1).

HEILBORN, Maria Luiza e SORF, Bila. **“Estudos de gênero no Brasil”**. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HEILBORN, Maria Luiza. **Gênero: uma breve introdução**. In: NEVES, Maria da Graça Ribeiro das, COSTA, Delaine Martins. *Gênero e Desenvolvimento Institucional em Ongs*. Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/NEMPP; Madrid: Instituto de La Mujer, 1995. P. 9-14. Acesso em: 24 de jan. 2003.

HIRATA, Helena ; KERGOAT, Daniele. **Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França e Japão**. In: Mercado de Trabalho e Gênero: comparações

internacionais. Albertina de Oliveira Costa, Bila Sorj, Cristina Bruschini e Helena Hirata (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 420 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: Dicionário crítico feminino. HIRATA, Helena. (org.). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LOMBARDI, Maria Rosa. **A Persistência das Desigualdades de Gênero no Mercado de Trabalho**. In: Divisão Sexual do Trabalho, Estado e Crise do Capitalismo. Albertina Costa, Maria Betania Avila, Roseane Silva, Vera Soares, Verônica Ferreira (Orgs.). Recife: SOS CORPO. Instituto Feminista para a Democracia, 2010. 194 p. 1ª edição.

MACHADO, Sandra Mary Cohim Farias. **Gestão de cooperativa**: um estudo de caso. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado profissional multidisciplinar da Fundação Visconde de Cairu. Salvador-BA, 2006.

NAMORANDO, R. **Cooperativismo : um horizonte possível**. 2005. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/229/229.php>. Acesso em: 10 dez de 2013.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Relatório da Gerência de Monitoramento. “Panorama do Cooperativismo Brasileiro”** – Ano 2011. Disponível em http://www.ocb.org.br/site/ramos/producao_conceito.asp. Acesso em 20 de março de 2013.

PINHO, Benevides Diva. **O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro**. 18ª Edição. São Paulo: Fundação Brasileira de Cooperativismo, 1982.

PINHO, Diva Benevides. **Gênero e Desenvolvimento em Cooperativas**: Compartilhando igualdade e responsabilidades. ESETec;Brasília:SESCOOP –Serviço Nacional para a Educação Profissional Cooperativa; OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras;2000.164 p.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero, a história de um conceito**. In: Diferenças, Igualdade. Heloisa Buarque de Almeida, José Eduardo Szwako (Orgs.). São Paulo. Berleandis & Vertecchia, 2009. Coleção sociedade em foco: introdução as ciências sociais.

RÊGO, Eduardo Ernesto do. **Cooperativismo e território: questões sobre a COAPECAL em Caturité - PB**. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMPAIO, Calos Alberto Cioce. **Revisitando a experiência de cooperativismo de Mondragón a partir a perspectiva da ecossocioeconomia**. Revista Desenvolvimento e Meio ambiente. N. 25. P. 153-165. Jan./jun. 2012. Editora UFPR.

SANTANA, Estaneslau Paul Valessa Rodrigues da Silva. **Diagnóstico socioeconômico da comunidade pindoba no município de Areia-PB**. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável grupo Verde de agricultura alternativa (GVAA). v.3, n.4, p. 46-62 outubro/dezembro 2008. Mossoró – RN. Disponível em <http://revista.gvaa.com.br>. Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 2002.

SCHMIDT, Derli e PERIUS, Vergílio. **Cooperativismo e cooperativa**. In: A outra economia. Antonio David Cattani (org.) Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 63-71.

SCHNEIDER, Sergio . 2003. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/Ceará, 16, 17, 18, 19 de novembro, Organizado pelo IICA-Brasil e MDA.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, v.20, n.2. jul./dez. 1995. p. 71-99. Solidária. Alínea editora. Campinas, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERDE, Valéria Villa. **Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES),2004.Curitiba,2004.

VERGARA Sylvania Constant. **Projetos de pesquisa em administração**. 7. ed. São Paulo:Atlas,2006.

VERGARA Sylvania Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

XIMENES, Sérgio. **Dicionário da língua portuguesa**. 3ª Edição rev. ampl. São Paulo: Ediouro, 2001.

ANEXOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A presente entrevista é parte necessária para aquisição de informações que serão inseridas na Dissertação - Gênero, Desenvolvimento e Cooperativismo: Limites e possibilidades da Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP) da aluna Ivana Milena Sales Rolim de Vasconcelos, sob a orientação da professora doutora Idalina Maria Freitas, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado - da Universidade Estadual da Paraíba. Serão levados em consideração aspectos acerca dos princípios e valores cooperativistas da Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba – COFEP. Serão investigados, a partir do roteiro aspectos de atuação cooperativista, a citar: democracia e participação, igualdade entre os associados e identidade coletiva, além das práticas de cooperação e solidariedade, organização do trabalho e da produção.

Desde já agradecemos a atenção e a disponibilidade em atender nossa demanda.

Roteiro

QUANTO A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO

- Como são distribuídos os trabalhos entre os cooperados? Quais os critérios?
- As questões de ordem prática da cooperativa são decididas como? Por exemplo, os contratos de prestação de serviço, organização da produção para expor em feiras, custos, o que produzir, como produzir, para quem produzir, etc?

QUANTO AS PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE

- Depois que você passou a participar da cooperativa mudou seu comportamento, sua maneira de proceder no dia a dia? Explique.
- Você encontra dificuldade em trabalhar coletivamente? Se tem, quais são estas dificuldades?
- Há competitividade na cooperativa? Em que situação aparece a competitividade?
- Que experiências adquiridas na COFEP foram importantes para você? Você pode citar algumas delas?

QUANTO A IGUALDADE ENTRE OS ASSOCIADOS E IDENTIDADE COLETIVA

- Quais as condições para um trabalhador ingressar na cooperativa?
- Você trabalha exclusivamente na COFEP ou tem outro tipo de trabalho?
- Há diferença de remuneração na cooperativa (equidade)?
- Qual o critério de remuneração? Obedece a que norma?
- A diretoria ganha uma remuneração maior do que os cooperados que trabalham na produção?

QUANTO A DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

- As eleições são diretas e livres?
- Vale a regra um sócio – voto?
- Você acha que todos os cooperados têm condição de exercer todas as funções inclusive as funções da diretoria?
- Você faz sugestões? Busca alternativa para crescer ou acha que isto é problema da diretoria?
- Você está satisfeito em trabalhar na cooperativa?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A presente entrevista é parte necessária para aquisição de informações que serão inseridas na Dissertação - Gênero, Desenvolvimento e Cooperativismo: Limites e possibilidades da Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP) da aluna Ivana Milena Sales Rolim de Vasconcelos, sob a orientação da professora doutora Idalina Maria Freitas, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado - da Universidade Estadual da Paraíba. Serão levados em consideração aspectos acerca da fundação da Cooperativa, membros cooperados, parceiros e atuação da Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba – COFEP.

Para alcance do objetivo, a entrevista será direcionada a atual presidente da COFEP.

Desde já agradecemos a atenção e a disponibilidade em atender nossa demanda.

1. De onde ou de quem, ou de que situação partiu a ideia de fundar a Cooperativa?
2. Qual a origem dos recursos financeiros para a fundação da Cooperativa?
3. Durante o processo de fundação a Cooperativa contou com algum incentivo do governo local?
4. Atualmente a Cooperativa conta com algum incentivo dos governos municipal, estadual ou federal?
5. Quais os principais parceiros da Cooperativa?
6. Qual o total de cooperados no ano da fundação da Cooperativa e quantos são hoje?
7. Como funciona o recebimento de salários dos cooperados?
8. Quantas famílias estão atualmente envolvidas na Cooperativa?

9. Quantos empregos diretos e quantos empregos indiretos são gerados pela Cooperativa?
10. Quais as principais dificuldades enfrentadas atualmente pela Cooperativa?
11. Quais os planos da Cooperativa para o futuro?
12. Qual a origem das mudas das espécies cultivadas na cooperativa?
13. Qual a origem da água utilizada na irrigação dos canteiros?
14. Qual o tratamento dado aos resíduos sólidos resultantes das atividades de produção da cooperativa? Qual o tratamento dado a estes resíduos ? Ou o que é feito com estes resíduos?
15. Quais são os resíduos produzidos a partir das atividades de produção da cooperativa?
16. Os cooperados já participaram de algum curso ou treinamento sobre preservação ambiental? Quais cursos e quando?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O presente questionário é parte necessária para aquisição de informações que serão inseridas na Dissertação - Gênero, Desenvolvimento e Cooperativismo: Limites e possibilidades da Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba (COFEP) da aluna Ivana Milena Sales Rolim de Vasconcelos, sob a orientação da professora doutora Idalina Maria Freitas, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado - da Universidade Estadual da Paraíba.

Serão levados em consideração aspectos acerca do perfil sócio-econômico-cultural dos cooperados atuantes na Cooperativa de Floricultores do Estado da Paraíba – COFEP.

Desde já agradecemos a atenção e a disponibilidade em atender nossa demanda.

Questionário

1- Idade: _____

25 à 34 anos ()

35 à 44 anos ()

45 à 54 anos ()

55 à 64 anos ()

64 à 74 anos ()

2- Estado civil:

Solteira () Casado() Viúva() Divorciada() Separada()

Vive Maritalmente().

5- Escolaridade:

Analfabeta () Semi-analfabeta() Primeiro grau completo() Primeiro grau incompleto() Segundo grau completo() Segundo grau incompleto() Nível superior completo() Nível superior incompleto() Pós graduação().

6- Renda familiar:

Menos de um salário mínimo () Um salário mínimo()

Dois salários mínimos() Três salários mínimos() Acima de quatro salários mínimos()

Outros()

7- N° de Filhos:

Nenhum filho ()

De 1 à 3 filhos ()

De 4 à 6 filhos ()

De 7 à 9 filhos ()

De 10 à 13 ()

Acima de 13()

8- Chefe de família (assume sozinha (o) a despesa da casa):

Sim () Não ().

9-Em caso de respostas negativas quem são as (os) principais provedoras (ores)?

Entrevistada () Esposo() Sogro () Sogra() Pai() Mãe() Filhos() Filhas()

Outros()

10- Quem administra o orçamento?

Entrevistada () Esposo() Sogro () Sogra() Pai() Mãe() Filhos() Filhas()

Outros()

11-Quem faz as feiras de supermercado e/ou feira livre?

Entrevistada () Esposo() Sogro () Sogra() Pai() Mãe() Filhos() Filhas()

Outros()

12-Quem compra eletrodomésticos, móveis?

Entrevistada () Esposo() Sogro () Sogra() Pai() Mãe() Filhos() Filhas()

Outros()

13 - Quem compra casa, terreno, carro, moto?

Entrevistada () Esposo() Sogro () Sogra() Pai() Mãe() Filhos() Filhas()

Outros()

14-Forma de tomada de decisão na família:

Deliberação final da entrevistada () Deliberação final do esposo()

Deliberação Final de ambos () Deliberação conjunta dos membros da família().

15- Em caso de doença dos filhos, quem os leva ao médico:

Entrevistada () Esposo() Sogro () Sogra() Pai() Mãe()

Filhos mais velhos() Filhas mais velhas() Vizinhos()

Outros ()

16- Quem deixa e pega os filhos na escola:

Entrevistada () Esposo() Sogro () Sogra() Pai() Mãe()

Filhos mais velhos () Filhas mais velhas() Vizinhos()

Outros()

17- Quem ensina as tarefas escolares para os filhos?

Entrevistada () Esposo() Sogro () Sogra() Pai() Mãe()
 Filhos mais velhos () Filhas mais velhas() Vizinhos()
 Outros()

18- Quem faz as tarefas domésticas, (cozinhar, lavar, passar, etc.)?

Entrevistada () Esposo() Sogro () Sogra() Pai() Mãe() Filhos() Filhas()
 Vizinhos()
 Outros()

19 – Há quanto tempo participa da COFEP: _____

Menos de 5 anos ()
 De 5 a 9 anos ()
 De 10 a 14 anos ()
 De 15 a 19 anos ()
 De 20 a 24 anos ()
 De 25 a 29 anos ()
 De 30 a 34 anos ()

20- Já foi presidente da COFEP?

Sim () Não ()

Em caso de sim, quanto tempo foi presidente da COFEP: _____

Menos de 5 anos ()
 De 5 a 9 anos ()
 De 10 a 14 anos ()
 De 15 a 19 anos ()
 De 20 a 24 anos ()
 De 25 a 29 anos ()
 De 30 a 34 anos ()

21- participa de organizações da comunidade e/ou do município: Sim () Não(). Qual?

SAB()

Associação de moradores ()

Grupo de terceira idade ()

Orçamento participativo ()

Pastoral ()

Conselho local () Qual? _____

Conselho municipal () Qual? _____

Conselho estadual() Qual? _____

Fórum () Qual? _____

Outros () Qual? _____

CONSEA ()

22. Onde a família mora?

() Zona rural

() Zona urbana

23. A casa é própria?

SIM (.....)

NÃO (.....)

24. A família mora em que Comunidade?

() Almecega

() Avarzeado

() Outra comunidade

25. Antes da COFEP a família morava em que tipo de casa?:

() Taipa

() Alvenaria

() Outros

26. Hoje a família mora em que tipo de casa de?

() Taipa

() Alvenaria

() Outros

27. Quantos são os membros da família? _____

28. Quantos trabalham? _____

29. Quantas pessoas da família, contando com você, trabalham na COFEP? _____

30. Antes da COFEP, qual a principal atividade da família para adquirir dinheiro?

- Pecuária
 - Agricultura
 - Outros
-

31. Antes da COFEP qual o rendimento total da família? R\$ _____

- Menor que um salário mínimo
- Um salário mínimo
- Dois salários mínimos
- Mais que dois salários mínimos

32. Grau de escolaridade (antes do ingresso na COFEP):

- Analfabeto 1º grau completo 1º grau incompleto
- 2º grau completo 2º grau incompleto Superior completo
- Superior incompleto

33. Grau de escolaridade (após o ingresso na COFEP):

- Analfabeto 1º grau completo 1º grau incompleto
- 2º grau completo 2º grau incompleto Superior completo
- Superior incompleto

34. Renda total recebida pelo cooperado (antes do ingresso na COFEP) :

- Menor que um salário mínimo
- Um salário mínimo
- Dois salários mínimos
- Mais que dois salários mínimos

35. Renda total recebida pelo cooperado (após o ingresso na COFEP):

- Menor que um salário mínimo
- Um salário mínimo
- Dois salários mínimos
- Mais que dois salários mínimos

36. Bens adquiridos após a inserção do cooperado (a) na COFEP:

- boi Quantos ()
- vaca Quantos ()
- aves Quantos ()
- porcos Quantos ()
- cavalos Quantos ()
- jumentos Quantos ()
- moto Quantos ()
- carro Quantos ()
- bicicleta Quantos ()
- Outros Quantos ()

37. De onde vem as mudas cultivadas na COFEP ?

38. A água utilizada para irrigar os canteiros vem de onde?

- rio cisternas CAGEPA Outros _____

39. Depois da atividade de plantio e colheita das plantas, resta algum resíduo ou lixo na cooperativa? Sim () Não ()

Quais os tipos? _____

Para onde são levados? _____

40. A cooperativa utiliza fertilizantes no cultivo das flores? Sim () Não ()

Se sim, quais? _____

41. Os cooperados já participaram de algum tipo de treinamento ou curso sobre preservação ambiental? Sim () Não ()

Se sim, local e data e quantos
